



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

EDITAL DE CONVITE Nº 01/2023

PROTOCOLO Nº 0045503-02.2022.8.16.6000

TIPO: MENOR PREÇO

REGIME: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS

PREÇO MÁXIMO: R\$ 113.309,08 (cento e treze mil, trezentos e nove reais e oito centavos)

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná torna público aos interessados que realizará licitação, cuja sessão ocorrerá, no dia, horário e local abaixo, em conformidade com a Lei Estadual nº 15.608/07, Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06, e demais legislações que regulamentam o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988.

OBJETO: EXECUÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS

DESTINO: DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

DATA DA ABERTURA: 04/04/2023 às 14h00min (quatorze horas), horário de Brasília, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nessa data.

LOCAL: Sala de Licitações do Departamento do Patrimônio, na Rua Álvaro Ramos, nº 157, 1º andar, Centro Cívico, Curitiba, CEP 80.530-190.

PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO: até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura da licitação.

O edital e as especificações estarão à disposição das empresas interessadas no "site" do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná: www.tjpr.jus.br/editais, poderão ser solicitados no endereço eletrônico: licit@tjpr.jus.br.

Horário de atendimento: das 12:00 (doze) às 18:00 (dezoito) horas dos dias úteis.

Telefones: (41) 3250-6541 ou (41) 3250-6542

Responsável pelos esclarecimentos: Departamento de Engenharia e Arquitetura.

CAPÍTULO 1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a administração, na contratação de empresa especializada para a **EXECUÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS**, sito à Av. João Gualberto nº 741, Curitiba, Pr.

CAPÍTULO 2 – DAS INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS

2.1. Quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito do presente Edital serão prestados aos interessados pela Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, no endereço apontado no início deste instrumento, das 12h00min (doze horas) as 18h00min (dezoito horas), dos dias úteis, ou pelo telefone (41) **3250-6542**, ou ainda, por meio do endereço eletrônico licit@tjpr.jus.br.

2.2. Eventuais dúvidas sobre o objeto e especificações do presente procedimento, poderão ser encaminhadas ao endereço eletrônico - licit@tjpr.jus.br, à Divisão de Licitações. Os questionamentos, quando formulados por escrito, deverão apresentar o nome completo do responsável, indicação da modalidade e número do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone, endereço eletrônico e fac-símile para contato, observando-se o horário das doze (12h00min) as dezoito (18h00min), dos dias úteis.

2.2.1. Orientamos aos interessados em participar desta licitação a efetuar a retirada do presente edital pelo site www.tjpr.jus.br/editais, bem como a periódica consulta ao instrumento convocatório, uma vez que o mesmo poderá estar constantemente sendo atualizado com informações adicionais, tais como, ofícios circulares, despachos homologatórios, dentre outros.

2.3. As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos) estarão disponíveis aos consulentes e interessados, no site www.tjpr.jus.br/editais e passarão a integrar o edital.

CAPÍTULO 3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Decairá do direito de impugnação e formulação de questionamentos aos termos do Edital, apontando as falhas e irregularidade que o viciaram, aquele que não o fizer até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do presente certame.

3.2. Quaisquer outras manifestações formais subsequentes ao prazo do item anterior serão recebidas apenas como meros pedidos de esclarecimentos.

3.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preço constante do quadro geral em razão de incompatibilidade desse com o preço vigente no mercado.

3.4. Deverá a Administração julgar e responder à(s) impugnação(ões) em até **03 (três) dias úteis**.

3.5. Julgada a impugnação, a Administração procederá nos termos dos §§ 3º e 4º do artigo 72 da Lei Estadual nº 15.608/07.

CAPÍTULO 4 - DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame as empresas regularmente estabelecidas no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

4.2. Para participar da licitação, a empresa interessada poderá indicar pelo menos um procurador devidamente identificado, o qual será admitido a intervir no procedimento licitatório no interesse da representada, indicação esta que deverá estar inserida no envelope "01" – PROPOSTA COMERCIAL ou ser apresentada no momento da abertura.

4.3. A representação dar-se-á pela apresentação da seguinte documentação:

a) Procuração do representante legal (conforme modelo em anexo).

b) Cópia da Certidão Simplificada ou de Inteiro Teor da empresa proponente, expedida pela Junta Comercial ou repartição competente, dentro de seu respectivo prazo de validade, se expresso. Não havendo menção quanto ao prazo de validade, a certidão deverá ser expedida até 2 (dois) meses anteriores à data da apresentação, cujo término se dará no mesmo dia da data da expedição.

b.1) Se a licitante estiver representada pelo próprio sócio, deverá apresentar tão somente a Certidão Simplificada da Junta Comercial da empresa proponente, observado o mesmo prazo de expedição do item "b" supra.

b.2) Caso o outorgante não conste do quadro societário da empresa, além do documento exigido no item “b” supra, deverá ser apresentado documento que comprove que o mesmo detém poderes para tanto.

c) Os representantes legais das empresas e/ou procuradores, se presentes, deverão exhibir documento de identidade ou equivalente.

4.4. É dever do(s) representante(s) legal(is) zelar pelo gerenciamento e manutenção do registro do endereço.

4.5. A fotocópia exigida na letra “b” do subitem 4.2 deverá estar devidamente autenticada por oficial público ou por membro da Comissão, mediante cotejo da cópia com o original.

4.6. É vedada a participação, direta ou indiretamente, de empresas:

a) com seus cadastros suspensos ou cancelados e/ou que tenham sido declaradas na forma do inciso V do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

b) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 150 da Lei Estadual nº 15.608/2007, enquanto durar a penalidade;

c) punidas com a sanção prevista na letra anterior (b), durante o prazo de vigência de igual sanção imposto por órgão ou entidades do Estado do Paraná, nos termos do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

d) impedidas de licitar e contratar no âmbito do Estado do Paraná, conforme artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002;

e) punidas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Tribunal de Justiça, na forma do inciso III do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, enquanto durar a penalidade;

f) declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, Estadual, Municipal, direta ou indireta, enquanto perdurar o motivo determinante da punição ou até que seja promovida a reabilitação;

g) estejam constituídas sob a forma de consórcio.

4.7 Serão impedidas de contratar com a Administração, as empresas que apresentarem registro no Cadastro Informativo Estadual- Cadin no momento da homologação da licitação ou da assinatura do contrato, nos termos do art. 3º da Lei Estadual nº 18.466 de 24/04/2015, c/c. art. 7º do Decreto Estadual nº 1933 de 17/07/2015.

CAPÍTULO 5 – DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. No dia, hora e local mencionados no início deste edital reunir-se-á a Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência, para proceder ao recebimento dos dois invólucros **fechados**, com a seguinte identificação externa:

a) **ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL**

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA

CONVITE Nº 01/2023

b) **ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO**

RAZÃO SOCIAL E CNPJ DA EMPRESA

CONVITE Nº 01/2023

5.2. Os envelopes “01” e “02” devem ser entregues até o dia e horário indicados no preâmbulo deste Edital, no endereço Rua Álvaro Ramos, nº 157, 4º andar – Departamento do Patrimônio, Centro Cívico, Curitiba, PR, CEP 80.530-190, aos cuidados da Comissão de Licitações, **sendo vedado o seu encaminhamento em momento ou local diferente.**

5.2.1. A entrega dos envelopes deve observar o horário de funcionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, das 12h00min (doze horas) às 18h00min (dezoito horas), seja para a realização de entrega por intermédio dos Correios ou diretamente na Divisão de Licitações.

5.3. Não serão conhecidas as propostas cujos envelopes sejam encaminhados via Centro de Protocolo Judiciário.

5.4. Antes da abertura dos envelopes “01” (proposta comercial) e “02” (documentos habilitação), deverão ser os invólucros rubricados pela Comissão e, facultativamente, pelas licitantes presentes.

5.5. Poderá a Comissão solicitar aos respectivos representantes que complementem a identificação dos envelopes antes do horário previsto para o início da sessão, caso apresentem alguma desconformidade.

5.6. Depois da hora marcada para o início da reunião, nenhuma outra proposta será aceita, bem como, não serão permitidos adendos, acréscimos, substituições ou esclarecimentos sobre as propostas regularmente recebidas, a não ser aqueles expressamente solicitados pela Comissão, sobretudo quanto à regularização de falhas meramente formais da documentação.

5.7. Visando à agilização dos trabalhos, poderão estar presentes, no dia da abertura dos envelopes, os representantes legais ou procuradores das empresas, sendo **facultada** à empresa participante, na hipótese de não comparecimento dos mesmos, a apresentação da declaração de renúncia ao prazo recursal referente às fases classificatórias (comercial e habilitação), conforme modelos em anexo.

5.7.1. À Comissão de Licitações é facultado contatar as empresas licitantes para solicitar renúncia ao prazo recursal, caso não haja representante presente na sessão de abertura dos envelopes.

5.8. O procurador nomeado deverá ter poderes para manifestar desistência dos prazos recursais e somente poderá se manifestar em nome de uma única empresa, assim como o representante legal.

5.9. Deverão ser vistados e rubricados pela Comissão e, facultativamente, pelos representantes das empresas participantes, todas as propostas comerciais e os documentos de habilitação analisados.

5.10. Da(s) reunião(ões) de recebimento, abertura de propostas e habilitação preliminar, lavrar-se-á(ão) ata(s) circunstanciada(s), na(s) qual(is) ficarão relatadas todas as ocorrências.

5.11. A(s) ata(s) será(ão) disponibilizadas no site www.tjpr.jus.br/editais, para acesso livre, logo após o encerramento da sessão pública.

CAPÍTULO 6 – DA PROPOSTA – primeiro invólucro

6.1. A proposta comercial deverá ser digitada ou elaborada por qualquer modo de impressão, preenchida com clareza, sem emenda, rasura, acréscimo ou entrelinha, em folhas rubricadas, preferencialmente numeradas, sendo a última datada e devidamente assinada, na qual deverá conter **obrigatoriamente**, sob pena de desclassificação:

a) Razão social ou denominação da licitante e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda.

b) Declaração na qual conste (sob as penas da Lei), que cumpre plenamente os requisitos de habilitação (modelo em anexo), com validade de 1 (um) mês, contado a partir da data de sua assinatura.

c) Proposta de preços (modelo em anexo) contendo:

i) a descrição do objeto;

ii) o preço global cotado em moeda nacional;

iii) percentual de BDI para os serviços de engenharia;

iv) percentual de BDI diferenciado

v) percentual de BDI para fornecimento e instalação de equipamentos;

vi) percentual de Encargos Sociais utilizados na formulação da proposta.

c.1) O valor cotado deve conter, no máximo duas casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência.

c.2) Por se tratar de empreitada por preço global, a licitante deverá oferecer proposta para a execução completa da obra, com base nos projetos, planilhas, e demais especificações técnicas fornecidos pela Administração (modelo em Anexo). Do valor ofertado, será obtido percentual de desconto em relação ao preço máximo da licitação, o qual será aplicado linearmente em relação aos preços unitários estabelecidos na planilha referencial constante nos Anexos deste Edital, quando cabível.

c.3) Para apresentação da proposta, a empresa deverá considerar todos os elementos relativos à realização dos serviços, tais como transportes, materiais e armazenamento, equipamentos, ferramentas, mão-de-obra, encargos sociais e despesas indiretas, encargos

fiscais, seguros, licenças, alvarás e tudo mais que for considerado necessário à sua completa execução, inclusive analisar as obrigações da **CONTRATADA** constantes da respectiva cláusula da minuta contratual. Para a presente obra, as tarifas de água e luz correrão por conta do Tribunal de Justiça.

c.4) A proposta deverá ser rigorosamente efetuada com base nos elementos fornecidos pelo Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça do Paraná e constantes nos anexos deste Edital.

c.5) Para a formulação da proposta a licitante deverá optar por um dos regimes de recolhimento previdenciário previstos na Lei 13.161/2015 (CPRB ou folha de pagamento), sendo que para cada regime, **os percentuais máximos referenciais de BDI e encargos sociais são os seguintes:**

c.5.1) Para o regime de recolhimento **COM** desoneração (4,5% sobre a receita bruta - CPRB):

c.5.1.1) BDI para obras e serviços de engenharia equivalente a 26,11 %, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.1.2) BDI para aquisição e instalação de equipamentos equivalente a 16,87%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.1.3) BDI diferenciado equivalente a 18,51%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.1.4) Encargos Sociais – 85,67% para horistas e 48,46% para mensalistas (em anexo);

c.5.2) Para o Regime de recolhimento **SEM** desoneração (20% sobre a folha de pagamento):

c.5.2.1) BDI para obras e serviços de engenharia equivalente a 20,24 %, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.2.2) BDI para aquisição e instalação de equipamentos equivalente a 11,42%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.2.3) BDI diferenciado equivalente a 13,00%, aplicado sobre o custo direto estimado (em anexo);

c.5.2.4) Encargos Sociais – 114,78% para horistas e 71,81% para mensalistas (em anexo);

c.6) No valor orçado para o objeto deste certame licitatório foram consideradas as taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) e de Encargos Sociais conforme o regime SEM desoneração (folha de pagamento). Tal fato não impedirá ao futuro contratado optar pela outra forma de recolhimento (conforme permite a LEI nº 13.161/2015) e assumir eventuais custos ou despesas superiores às definidas na planilha orçamentária.

c.7) Serão aceitas propostas cujos percentuais de BDI sejam superiores aos adotados no orçamento balizador deste Edital, mas desde que o valor global apresentado não ultrapasse o preço máximo estabelecido no Edital, entretanto, no caso de eventual celebração de aditivos incluindo serviços novos no contrato, o preço de referência será obtido a partir do BDI utilizado pela Administração no orçamento base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado.

c.8) Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) não deverão ser incorporados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

c.9) Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) foi considerado o percentual de 5%, incidindo sobre o valor da mão de obra de 26,97% (portanto 1,35%), título de ISS, nos termos da Lei nº 40/2001 desse Município.

6.2. A apresentação da proposta implicará em:

a) Prazo de validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data estipulada para a abertura do presente certame, conforme previsto no art. 69, § 2º da Lei Estadual nº 15.608/07.

b) Conhecimento e aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este Edital e seus Anexos, sujeitando-se à fiscalização pelo Tribunal de Justiça.

c) Conhecimento dos projetos, encargos gerais, especificações, quantitativos, e condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização do Tribunal de Justiça.

d) Declaração de que conhece as condições locais para a execução do objeto e entrega da obra.

e) Conhecimento de que o prazo para realização dos serviços é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviço, ou da data estabelecida na Ordem.

f) Inexistência de fato impeditivo à habilitação neste certame, e ciência da obrigatoriedade de informar acerca de ocorrências posteriores.

g) Observância a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos.

h) Responsabilidade pela fidelidade e veracidade dos documentos apresentados.

6.3. A proposta apresentada deverá refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação, e atender ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.078/90.

6.4. A empresa deverá analisar e endossar os dados, diretrizes e exequibilidade do referido objeto, apontando com antecedência os pontos que eventualmente possa discordar, responsabilizando-se, conseqüentemente, por seus resultados para todos os efeitos futuros.

6.5. As quantidades necessárias à perfeita execução dos serviços deverão ser conferidas pela Proponente, a qual não poderá arguir omissões, enganos ou erros para alterar, posteriormente, a proposta ou o seu valor.

6.6. Para fins de isonomia entre as licitantes, tendo em vista que o regime de execução para a presente contratação será o de **empreitada por preço global**, a proposta deverá contemplar todos os elementos indicados nos projetos, planilhas e demais especificações técnicas, que definirão também, o escopo da obra, medições e análise de eventuais serviços adicionais. Eventuais dúvidas encontradas durante a fase de formulação das propostas deverão ser comunicadas formalmente ao Departamento de Engenharia e Arquitetura. Portanto, indica-se a necessidade da **análise criteriosa de todos os projetos, planilhas e elementos técnicos** por parte dos licitantes.

6.7. Caso a licitante deseje usufruir das prerrogativas conferidas pela Lei Complementar nº 123/06, deve apresentar declaração afirmando enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte (modelo em anexo),

6.7.1. Caso a licitante que tiver indicado na proposta seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte possua alguma irregularidade quanto à documentação de habilitação (somente quanto à regularidade fiscal), deverá fazer a devida ressalva na declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (6.1.b).

6.8. Se a empresa licitante desejar apresentar procurador, observar o disposto no Capítulo 4 deste Edital.

6.9. Sugere-se a indicação de ambiente físico ou virtual de comunicação à distância (modelo em anexo).

6.10. Para atender as condições estabelecidas no Decreto Estadual nº 1261/03 e Convênio ICMS nº 26/03, as empresas paranaenses deverão apresentar propostas já com o valor líquido, ou seja, sem carga tributária do ICMS.

6.11. A empresa vencedora obrigará-se-á, com integral obediência às normas avençadas em relação aos elementos fornecidos, a responder pelo cumprimento da proposta apresentada.

CAPÍTULO 7 – DA HABILITAÇÃO – segundo invólucro

7.1. O envelope de Habilitação, referente à documentação comprobatória da habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico-financeira, deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação, os documentos nos itens a seguir relacionados.

7.1.1. Para Comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial ou repartição competente, registro comercial (breve relato) no caso de sociedade simples, ou, se prestadora de serviços, registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos, dentro do prazo de validade, observado o contido no item 7.10.

b) Em se tratando de **sociedade empresária**, Estatuto Social ou Contrato Social, em vigor, com todas as suas alterações, devidamente registrado, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou com a última alteração acompanhada do contrato social consolidado;;

b.1) No caso de **sociedade simples**, inscrição do ato constitutivo acompanhado de prova de administrador(es) em exercício;

b.2) Se **empresário individual**, inscrição comercial devidamente registrada;

b.3) Tratando-se de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País, decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir

obrigações em decorrência de tal investidura para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

c) Declaração expedida conforme modelo constante Anexo V, com validade de um (01) mês, contada a partir da data de sua assinatura;

7.1.2. Para Comprovação da REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);

c) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;

d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;

e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

g) Prova de inscrição no cadastro municipal de contribuintes relativo ao domicílio sede do licitante.

7.1.3. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A documentação relativa à qualificação econômica e financeira consistirá em:

a) Certidão(ões) negativa(s) de pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da arrematante pessoa jurídica, ou certidão judicial atualizada de plano de recuperação acolhido ou homologado).

a.1) A certidão negativa de falência ou recuperação judicial deve ser expedida pelo distribuidor da sede da licitante, com data de expedição ou revalidação dos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, caso o documento não consigne prazo de validade, conforme previsto no parágrafo 1º do art. 6º da IN 59/2021 (doc. nº 6555760).

7.1.4. Para Comprovação da QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Termo de Nomeação, assinado por todos os profissionais indicados, conforme modelo em anexo, devendo constar:

I - 01 (um) profissional de nível superior legalmente habilitado a ser designado como Coordenador para a execução da obra;

II - 01 (um) Profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s) a ser(em) designado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução das Obras Cíveis;

III - 01 (um) Profissional(is) de nível superior legalmente habilitado(s) a ser designado como responsável(is) técnico(s) pela Segurança do Trabalho.

a.1) Todos os profissionais listados nos incisos da alínea "a" podem pertencer ao quadro permanente da empresa ou serem contratados como autônomos;

a.2) A empresa atenderá a exigência do edital quanto à nomeação dos responsáveis técnicos desde que haja, **NO MÍNIMO**, 01 (um) profissional que atenda aos requisitos do item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** para cada especialidade.

a.3) Consideram-se como legalmente habilitados os profissionais com as seguintes qualificações para:

- **Coordenador** – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU.

- **Responsável pelas Obras Cíveis** – profissional graduado em Engenharia Civil ou Arquitetura, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU;

- **Responsável pela Segurança do Trabalho** – Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Arquiteto, devidamente habilitado e registrado no CREA ou CAU.

a.4) Todos os profissionais nomeados, desde que habilitados, poderão ser designados/nomeados para mais de uma responsabilidade/atividade.

a.5) Os profissionais nomeados a serem designados como responsáveis técnicos devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA. Os profissionais nomeados de arquitetura, a serem designados como responsáveis técnicos, devem

preencher os requisitos previstos nas resoluções do CAU que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CAU. Portanto deve ser caracterizada a correlação entre a atribuição necessária para a atividade a ser desenvolvida e a respectiva atribuição de competências no âmbito de abrangência do campo de atuação do profissional, inclusive aquelas enquadradas como especialização com a peculiaridade de estender-se a mais de uma profissão, como as atividades relacionadas à Segurança do Trabalho, por exemplo.

a.6) No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

b) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Certidão de Registro de Empresa junto ao CAU, dentro do prazo legal de sua vigência, observado o contido no item 7.10.

c) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA, referente aos responsáveis técnicos de engenharia e Certidão de Registro e Quitação emitida pelo CAU, referente aos responsáveis técnicos de arquitetura, dentro do prazo legal de sua vigência, observado o contido no item 7.10.

c.1) O vínculo contratual ou empregatício do Coordenador deverá ser demonstrado até 10 (dez) dias após a assinatura do termo contratual objeto da presente licitação, pela apresentação de um destes documentos: Contrato Social (no caso de sócio da empresa), CTPS ou Contrato de Prestação de Serviços.

c.2) Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no presente edital, a serem submetidos à análise e aprovação do Tribunal de Justiça.

d) Compromisso de participação do pessoal técnico nomeado pela proponente, no qual declarem que participarão, permanentemente, a serviço da empresa, do objeto desta licitação, devendo estar disponíveis e a pronto atendimento quando solicitado, a pedido da fiscalização do Tribunal. Se houver alteração no quadro de responsabilidade técnica da empresa, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo Tribunal de Justiça, sob pena de inabilitação ou rescisão contratual (modelo em anexo).

7.2. O CNPJ que deve constar nas certidões de habilitação será da matriz, se o licitante for a matriz;

7.2.1. O CNPJ que deve constar nas certidões de habilitação será da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz (FALENCIA – FEDERAL – FGTS – TRABALHISTA).

7.2.2. Caso a arrematante possua matriz e filiais na data da habilitação e participe da licitação com o CNPJ de uma delas, poderá executar o contrato com o CNPJ da outra, desde que comprove os requisitos de habilitação de ambas e indique em sua proposta o CNPJ (da matriz ou filial) que será utilizado para formalização do contrato, discriminando o item ou lote respectivo, quando for o caso.

7.3. A falta de documento de habilitação que conste no sistema SICAF e esteja dentro de seu prazo de validade poderá ser suprida pela Comissão, mediante consulta ao referido sistema e retirada do documento faltante, desde que este possa ter sua autenticidade conferida via internet ou mediante cotejo com o original durante a sessão de julgamento.

7.4. Serão aceitas fotocópias da documentação prevista neste Capítulo, desde que devidamente autenticadas por oficial público ou por Membro da Comissão, mediante cotejo da cópia com o original, no momento da abertura do envelope relativo à documentação.

7.5. No caso de certidão obtida via internet, as mesmas estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidade pela Comissão antes do julgamento do certame.

7.6. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do art. 43 §1º da Lei Complementar nº 123/2006.

7.6.1. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.7. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão sanear defeitos constatados na habilitação apenas se apresentarem na sessão todos os documentos previstos neste Capítulo, mesmo que contenham algum vício sanável.

7.8. Permanecendo o defeito na documentação, a Comissão declarará a empresa inabilitada e procederá a convocação da licitante subsequente para análise da documentação.

7.9. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos (exceto as declarações de renúncia ao prazo recursal, modelo em anexo) ou sua apresentação em desconformidade com o presente Edital implicará na inabilitação da licitante, ressalvado o contido nos itens 7.5. a 7.8.

7.10. Toda a documentação apresentada deverá estar em pleno vigor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 02 (dois) meses contados a partir da sua expedição, à exceção dos Atestados de Capacidade Técnica e Certidões de Acervos Técnicos e disposição em contrário neste edital.

CAPÍTULO 8 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

8.1. Tornado público o conteúdo dos envelopes (proposta comercial e habilitação), a Comissão divulgará o resultado de cada uma das fases do procedimento, indicando as empresas classificadas e desclassificadas, bem como as habilitadas e inabilitadas.

8.2. O julgamento das propostas comerciais e documentação de habilitação caberá à Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência, após instruído o respectivo processo, fundamentado no parecer técnico do Departamento de Engenharia e Arquitetura, considerando-se vencedora a licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, dentre as que fielmente obedecerem os requisitos, elementos e especificações exigidos e fornecidos pelo Tribunal de Justiça, levando-se em conta o critério “menor preço”, resultante da aplicação linear do percentual de desconto em relação aos preços unitários máximos estabelecidos na planilha orçamentária.

8.2.1 O preço global para contratação não poderá ultrapassar o valor máximo que está fixado neste edital.

8.3. Divulgado o resultado da 1ª fase (proposta comercial) e havendo renúncia expressa do prazo recursal, a Comissão passará imediatamente à abertura do envelope “02” (habilitação) das 3 (três) empresas melhor classificadas, para a análise das condições de habilitação das licitantes.

8.4. Poderá a Comissão, se assim entender necessário, suspender os trabalhos para análise mais acurada, ficando os envelopes, após rubricados, sob sua guarda. Serão posteriormente exibidos, ainda lacrados, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

8.5. Havendo suspensão dos trabalhos, o Presidente da Comissão informará, com um mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, o dia, hora e local em que serão reiniciados os trabalhos, ficando cientes, desde logo, as licitantes presentes e fazendo a comunicação direta, por meio eletrônico de comunicação à distância aos que indicaram representantes e aos que se ausentaram após abertura da sessão.

8.6. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Estejam em desacordo com o edital.
- b) Contenham emendas ou rasuras.
- c) Contenham preços manifestamente inexequíveis.
- d) Contenham cotação superior ao preço máximo global estabelecido.

8.6.1. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que originaram a inabilitação ou desclassificação.

8.7. Será inabilitada a empresa que não apresentar toda a documentação exigida no Capítulo 7 deste Edital, bem como, a empresa cujo ramo de atividade não seja pertinente ao objeto da presente licitação.

8.8. Sendo o ofertante do menor preço não enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto, na hipótese em que o preço ofertado por 01 (uma) ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte for até 10% superior ao menor preço efetivo.

8.9. Na hipótese de o melhor classificado ser microempresa e empresa de pequeno porte,

fica inviabilizada a regra do item anterior.

8.10. Verificada a ocorrência de empate ficto, dar-se-á oportunidade para que as micro empresas ou empresas de pequeno porte apresentem, em até 15 (quinze) minutos, nova proposta de preço que deverá ser inferior à proposta considerada vencedora para o certame. Na eventual ausência do representante legal, caberá ao Presidente da Comissão, convocá-lo para se manifestar em 24h (vinte e quatro horas).

8.11. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada nesta etapa do certame deverá, encerrada a mesma, com base na proposta apresentada, encaminhar proposta readequando o valor, em até 24h (vinte e quatro horas), à Divisão de Licitações do Departamento do Patrimônio, via fac-símile ou e-mail.

8.12. O descumprimento do contido no item anterior sujeitará a empresa na sanção prevista no item 16.1, alínea "c", sendo convocada a próxima empresa para apresentação de nova proposta de preços, se enquadrada na condição do item 8.8.

8.13. Na recomposição final, os preços dos itens que compõem o anexo não poderão ultrapassar os valores máximos que estão fixados neste Edital, bem como, não poderá(ao) ser majorado(s) o(s) valor(es) consignado(s) na proposta inicial.

8.14. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada decline o direito de ofertar proposta, serão convocadas as demais licitantes enquadradas na mesma situação cujos preços estejam no limite do empate ficto, respeitada a ordem de classificação.

8.15. Na hipótese de haver preços idênticos ofertados por microempresa ou empresa de pequeno porte, será procedido sorteio para definição da ordem final de classificação.

8.16. Ocorrendo empate entre duas ou mais propostas de menor preço, o desempate dar-se-á por sorteio, para o qual todas as licitantes empatadas são convocadas, em ato público, a ser realizado em prazo não inferior a 24h (vinte e quatro horas).

8.17. Serão devolvidos às empresas desclassificadas, os envelopes que não foram abertos, devidamente lacrados, desde que não tenha havido recurso ou após o seu julgamento, caso desprovido.

8.18. Os envelopes ficarão à disposição das empresas na Divisão de Licitações para devolução e, caso não sejam retirados em até 30 (trinta) dias após a homologação do resultado da licitação, serão destruídos, ainda lacrados, sem que de seu conteúdo se tome conhecimento.

8.19. Decorrido o prazo do item 9.1 do Capítulo 09 deste Edital, sem interposição de recurso voluntário, a Comissão de Abertura de Propostas, Habilitação Preliminar e Julgamento de Licitações nas Modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência remeterá o processo, devidamente instruído, à autoridade competente.

8.20. A homologação do julgamento caberá ao Presidente do Tribunal de Justiça, que poderá, em despacho circunstanciado e no interesse público, presentes os requisitos legais, revogar a licitação ou anulá-la na hipótese de ilegalidade, sem que caiba à licitante direito à indenização.

8.21. Toda documentação apresentada para a participação no presente certame licitatório será virtualizada e anexada ao procedimento eletrônico no sistema SEI. Os documentos apresentados serão destruídos após 30 (trinta) dias contados da publicação da homologação, caso não sejam retirados pela licitante neste prazo.

CAPÍTULO 9 – DOS RECURSOS

9.1. Caberá recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da intimação da decisão, nos casos de:

I - Julgamento das propostas.

II - Habilitação ou inabilitação da licitante.

III - Anulação ou revogação da licitação.

a) Não serão aceitos recursos via fac-símile, e-mail e correio. Os memoriais de recursos interpostos por escrito deverão ser protocolizados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça- Divisão de Protocolo Administrativo, na Sede Mauá - Edifício Essensfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, CEP 80.030-200, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das 12h (doze horas) às 18h (dezoito horas), dos dias úteis.

b) Caso os participantes não renunciem ao prazo recursal sobre os atos praticados no certame, será aberto prazo legal de 02 (dois) dias úteis para sua interposição.

9.2. O Presidente da Comissão disponibilizará aos licitantes ou Terceiros interessados o acesso aos documentos constantes do procedimento eletrônico em questão, por meio de sistema próprio.

9.2.1. Para a disponibilização, os licitantes ou Terceiros interessados deverão formalizar solicitação via e-mail para o endereço licit@tjpr.jus.br, fornecendo endereço de e-mail válido para resposta.

9.2.2. O acesso externo ficará disponível aos interessados pelo prazo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do momento da sua disponibilização, ou até a conclusão do certame em questão.

9.3. Interposto recurso voluntário, abrir-se-á vista do mesmo as demais licitantes, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses, pelo prazo de 02 (dois) dias úteis, para contrarrazões, sobrestando-se a remessa do processo à autoridade competente.

9.4. Impugnado ou não o recurso voluntário, a Comissão de Licitações o apreciará, podendo realizar instrução complementar, e decidirá motivadamente pela manutenção ou reforma do ato recorrido, submetendo o processo à autoridade competente.

9.4.1. Da decisão que negar provimento ao recurso, caberá remessa **ex officio** à autoridade competente.

9.5. A autoridade competente fundamentará a decisão que prover o recurso voluntário para alterar o julgamento, anular ou revogar a licitação.

9.6. Os recursos intempestivos não serão conhecidos.

9.7. É facultado a qualquer licitante formular manifestações ou protestos, por escrito, relativamente a outra licitante ou ao transcurso da licitação, para que constem da ata dos trabalhos, entretanto, qualquer conduta caracterizada como prejudicial ao certame licitatório, poderá ser considerada como incurso no preceito do artigo 335 do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal).

9.8. Caberá representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis da ciência ou intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação, da qual não caiba recurso hierárquico.

9.9. As instâncias administrativas, nos processos de licitação, são as previstas na legislação específica dos órgãos ou entidades promotoras.

CAPÍTULO 10 – DAS PENALIDADES

10. A licitante que incorrer em infrações administrativas sujeitar-se-á às seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa, na forma prevista neste instrumento convocatório, com relação às infrações previstas neste edital, cometidas no processo licitatório;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça, por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) sanções previstas na minuta contratual às infrações cometidas na fase de execução contratual;

f) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

10.2. A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

10.3. Advertência é a sanção aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação.

10.4. Ficam estipuladas as seguintes multas:

10.4.1 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta, nas hipóteses:

10.4.1.1 a quem, quando solicitado, não entregar a documentação exigida para o certame, deixar de apresentar documento na fase de saneamento ou pré-contratual;

10.4.1.2 por não manter a proposta, deixar de assinar a ata de registro de preços, contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente;

10.4.1.3 por apresentar declaração falsa e/ou documento falso;

10.4.1.4 por fazer declaração falsa na fase de habilitação;

10.4.2 multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor do pedido por deixar de assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente decorrente da ata de registro de preços;

10.5. Fica estipulada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por até 2 (dois) anos, na hipótese de:

10.5.1. Recusa injustificada, após ser considerada adjudicatária, em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;

10.5.2. Não manter sua proposta;

10.5.3. O licitante vencedor não reunir os requisitos de habilitação necessários à sua contratação, nos termos do §3º do art. 84 da Lei nº 15.608/07.

10.6. Nas hipóteses do item 13.5.3, será aplicada cumulativamente multa de 0,1% (zero virgula um por cento) a 10% (dez por cento) do valor total estimado no edital para o(s) item(ns) objeto da proposta.

10.7. A aplicação da sanção nas hipóteses previstas no item 13.5 deve observar o prazo de duração de no máximo 02 (dois) anos e impede a participação da sancionada em procedimentos promovidos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, observado o disposto no art. 158 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.7.1. Quando a participante for punida com a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, durante o prazo de vigência de igual sanção imposta por pessoa da mesma esfera político-administrativa, ficará proibida de participar de procedimentos de contratação promovidos por todas as entidades estatais e órgãos do Estado, por prazo não superior ao maior prazo remanescente daquela anterior, nos termos do art. 155 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.8. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição por até 5 (cinco) anos, será aplicada nas hipóteses em que o licitante:

10.8.1. Fizer declaração falsa na fase de habilitação;

10.8.2. Apresentar documento falso;

10.8.3. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;

10.8.4. Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

10.9. A conduta que seja considerada comportamento inidôneo e que não se enquadre em qualquer das condutas dispostas no presente capítulo estarão sujeitas às penas do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02.

10.10. Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/07.

10.10.1. A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer licitação promovida por este Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

10.11. As penalidades de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração têm os seus efeitos estendidos:

10.11.1. Às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas de penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios (art. 158, I da Lei Estadual 15.608/07);

10.11.2. Às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior (art. 158, II da Lei Estadual 15.608/07).

10.12. Caso a licitante incorra em uma das condutas elencadas no presente capítulo, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

10.12.1. As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

10.12.1. Após a regular tramitação do procedimento descrito no *caput* e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

10.12.1.1. Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

10.13. Qualquer multa ou encargo imputado à empresa, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

10.14. As disposições do Capítulo de Penalidades não excluem a responsabilização da licitante por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

10.15. Quando a conduta da empresa acarretar na frustração do certame deverá ressarcir o Tribunal de Justiça no valor correspondente ao custo do processo de licitação, sem embargo de indenização suplementar caso o prejuízo exceda à referida quantia.

CAPÍTULO 11 – DO CONTRATO

11.1. As obrigações decorrentes desta Licitação a serem firmadas entre o Tribunal de Justiça e a licitante vencedora, serão formalizadas por meio de contrato (modelo em anexo), observando-se as condições estabelecidas neste edital e na legislação vigente. Integram o contrato a proposta da empresa e demais documentos técnicos constantes do edital.

11.2. A empresa vencedora será regularmente convocada para assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de cinco (05) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em Lei e neste edital.

11.3. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal de Justiça.

11.4. Em caso de recusa ou impossibilidade da licitante vencedora em assinar o termo do contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, executar o objeto, ou quando a mesma não fizer a comprovação referida no item anterior, o Tribunal de Justiça adotará as providências cabíveis à imposição de sanção, bem como convocará as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para contratar com a Administração, no prazo previsto no edital e nas condições propostas pela primeira licitante convocada.

11.5. A empresa vencedora do certame, após a assinatura do contrato, deverá apresentar composição de custos unitários de todos os serviços necessários à execução completa dos projetos e especificações técnicas; composição do percentual de BDI para os serviços de engenharia, do percentual do BDI diferenciado e do percentual do BDI para fornecimento e instalação de equipamentos a ser aplicado sobre o custo unitário dos serviços e composição dos Encargos Sociais, sendo que eventuais incorreções deverão ser corrigidas pela CONTRATADA como condição para liberação da primeira parcela, nos termos da respectiva cláusula da minuta contratual (modelos em anexo).

11.6. As composições unitárias de cada serviço deverão discriminar todos os insumos (materiais e mão-de-obra) e equipamentos necessários para a execução dos trabalhos, que deverão conter: a unidade do insumo; o consumo para produção de uma unidade do serviço acabado; o custo unitário; e o custo total de cada insumo, conforme modelos referenciais em anexo.

CAPÍTULO 12 – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

12.1. A **CONTRATADA** está sujeita às obrigações descritas na respectiva cláusula da minuta contratual (modelo em anexo), cuja observância é imprescindível para apresentação da proposta.

CAPÍTULO 13 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. A **CONTRATADA** deverá prestar a caução referida na respectiva cláusula da minuta do contratual (modelo em anexo) em até 10 (DEZ) dias a partir da assinatura do mesmo, destinada a assegurar o cumprimento das normas da presente licitação, a boa e fiel execução do contrato e o pagamento de eventuais multas, devendo a mesma **vigorar** até 06 meses após o Recebimento Definitivo da obra/serviço ou rescisão contratual.

CAPÍTULO 14 - DO SEGURO DA OBRA

14.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar, até 10 (dez) dias da assinatura do contrato, a proposta de seguro de responsabilidade civil contra terceiros, protocolada junto à companhia seguradora. A respectiva apólice deverá ser encaminhada como condição para a liberação da primeira parcela do cronograma, conforme previsão na Cláusula referente ao Pagamento, bem como na referente às Obrigações da **CONTRATADA**, ambas da minuta do contrato, devendo a mesma vigorar até a lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

CAPÍTULO 15- DO REAJUSTE

15.1. Os valores dos serviços pendentes de execução, de acordo com o cronograma físico-financeiro, poderão ser reajustados após o decurso de 12 meses contados da data de apresentação da proposta, pelo Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, a partir do requerimento da **CONTRATADA**, nos termos da respectiva cláusula da minuta contratual.

CAPÍTULO 16 – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

16.1. O gerenciamento e a fiscalização dar-se-ão em conformidade com o descrito na respectiva cláusula da minuta contratual (modelo em anexo).

CAPÍTULO 17 – DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado em conformidade com o descrito na respectiva cláusula da minuta contratual (modelo em anexo).

CAPÍTULO 18 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. As despesas decorrentes da contratação de empresa para execução da **EXECUÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS** ficarão à conta da dotação orçamentária do exercício de 2023, estando os valores estimados bloqueados através do elemento 3.3.90.39.16 – denominado Despesa Corrente – Outros serviços de terceiros PJ – Manutenção e conservação de bens imóveis.

CAPÍTULO 19 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Recomenda-se à(s) licitante(s) interessada(s) a vistoria no imóvel onde serão realizados os serviços para melhor formulação de suas propostas de acordo com as necessidades locais, com vistas à efetiva prestação dos serviços.

19.2. A visita poderá ser realizada até 02 (dois) dias úteis antes da data de abertura do certame, mediante hora marcada. As solicitações de agendamento para realização da visita técnica devem ser encaminhadas ao e-mail visitatecnica@tjpr.jus.br, observando-se o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para envio de confirmação pelo Tribunal de Justiça.

19.3. A empresa vencedora, não poderá eximir-se da responsabilidade assumida com a apresentação da proposta, nem do fiel cumprimento do contrato, alegando desconhecimento do imóvel em questão, ou das condições e peculiaridades do mesmo.

19.4. É facultado à Comissão ou autoridade competente, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da licitação, sendo vedada a inclusão posterior de documento que deveria constar originariamente da proposta, salvo prerrogativa conferida às microempresas e empresas de pequeno porte, por força da Lei Complementar nº 123/06.

19.5. A Comissão poderá relevar erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação do proponente, desde que sejam irrelevantes, não alterem os parâmetros da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação.

19.6. Ao Tribunal de Justiça, por razões de interesse público previamente justificadas, é reservado o direito de paralisar ou suspender, a qualquer tempo, o objeto da presente licitação, mediante pagamento único e exclusivo dos trabalhos já executados, por ajuste entre as partes.

19.7. O Presidente do Tribunal de Justiça poderá revogar a licitação, por juízo de conveniência e oportunidade, ou anulá-la por vício de legalidade, conferindo às licitantes prévio exercício do direito ao contraditório e ampla defesa.

19.8. Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para dirimir eventuais pendências oriundas da presente licitação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

19.9. O Tribunal de Justiça informa às licitantes que os dados pessoais e dados pessoais sensíveis apresentados no procedimento licitatório receberão o tratamento de acordo com a

Lei Federal nº13609/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei Estadual nº 16.595/2010, visando o atendimento do interesse público.

Curitiba, 21 de março de 2023.

Leonel Junior Pedralli

Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura

ANEXOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

Anexo I	-	Modelo de Procuração (Capítulo 4 - Da Participação - item 4.3, letra "a");
Anexo II	-	Modelo de indicação de meios de comunicação à distância (Capítulo 6 - Da Proposta - item 6.9);
Anexo III		Modelo de declaração de que a empresa cumpre plenamente os requisitos de habilitação (Capítulo 6 - Da Proposta – primeiro invólucro, item 6.1, letra "b");
Anexo IV		Modelo de declaração para microempresa e empresa de pequeno porte (Capítulo 6 - Da Proposta - primeiro invólucro, item 6.7);
Anexo V	-	Modelo de declaração que deverá constar no envelope de habilitação (Capítulo 07 – Da Habilitação, item 7.1.1., letra "c");
Anexo VI	-	Modelo de termo de nomeação (Capítulo 07 – Da Habilitação, item 7.1.4, letra "a" e "d").
Anexo VII	-	Modelo de proposta de Preços
Anexo VIII	-	Declaração de que renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal (FACULTATIVA) – primeira fase – (Capítulo 05 – Do Recebimento e Abertura dos Envelopes, item 5.7).
Anexo IX	-	Declaração de que renuncia expressamente ao direito ao prazo recursal (FACULTATIVA) – segunda fase – (Capítulo 05 – Do Recebimento e Abertura dos Envelopes, item 5.7);
Anexo X -		Modelo de Declaração de Patrimônio Líquido Vinculado
Anexo XI	-	Modelo de composições de BDI – serviços de engenharia
Anexo XII	-	Modelo de composições de BDI – fornecimento e instalação de equipamentos
Anexo XIII	-	Modelo de composições de BDI – diferenciado
Anexo XIV	-	Modelo de composição de Encargos Sociais
Anexo XV	-	Modelo composição custos unitários
Anexo XVI	-	Metodologia para concessão de aditivos
Anexo XVII	-	ELEMENTOS TÉCNICOS - Planilha Quantitativa de Serviços; Planilha Padrão de Composição do BDI; Planilha Composição Encargos Sociais; Projetos; Especificações e demais documentos.
Anexo XVIII	-	Minuta de Contrato

ANEXO I – MODELO DE PROCURAÇÃO

AO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE
LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA

CONVITE Nº 01/2023

Pelo presente, autorizo(amos) o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da carteira de identidade RG nº _____, a participar do procedimento licitatório supra referenciado, na qualidade de representante de nossa Empresa.

Outorgo(amos) à pessoa supramencionada amplos poderes para praticar todos atos inerentes ao certame licitatório na modalidade **Convite nº 01/2023**, em especial para manifestar desistência dos prazos recursais.

Estou(amos) ciente(s), de que responderei(emos) em Juízo ou fora dele, se for o caso, por todos os atos que venham a ser praticados por este nosso Representante.

_____, de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observações:

1) A presente deverá ser assinada pelo Diretor ou Representante Legal da Empresa, desde que a participação não seja pelo próprio titular ou titulares (Diretores), comprovado por instrumento próprio na data da Licitação;

2) A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura.

**ANEXO II - MODELO DE INDICAÇÃO DE
MEIOS DE COMUNICAÇÃO A DISTÂNCIA**

**COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE
LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA**

CONVITE Nº 01/2023

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, indica
para os devidos fins, os seguintes meios de comunicação a distância:

Com relação à empresa licitante:

Endereço:

Telefone

Fac-símile:

Endereço eletrônico:

Com relação a este Representante:

Endereço:

Telefone:

Fac-símile:

Endereço eletrônico:

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observação:

É dever do representante zelar pelo gerenciamento e manutenção dos registros das informações acima.

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de
habilitação.

_____, de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Observações:

- 1.A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura;
2. Caso a proponente deseje usufruir das prerrogativas conferidas pela Lei Complementar nº 123/07, deverá fazê-lo nesta ocasião (item 6.7.1 – Capítulo 6).

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA
E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**COMISSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTAS, HABILITAÇÃO PRELIMINAR E JULGAMENTO DE
LICITAÇÕES NAS MODALIDADES DE CONVITE, TOMADA DE PREÇOS E CONCORRÊNCIA**

CONVITE Nº 01/2023

nº _____, inscrita no CNPJ sob
nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da Lei,
que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de
pequeno porte, nos termos da legislação vigente, bem como atende às determinações da
Instrução Normativa nº 103/07 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC,
para fins de enquadramento na condição de microempresa/empresa de pequeno porte.

_____, de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Obs.: A validade do presente documento é de 01 (um) mês, contado da data de sua
assinatura.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO



Estado do Paraná

(MODELO)

D E C L A R A Ç Ã O

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____, declara para os devidos fins, sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a) a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

c) não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do certame quanto a participar ou não da licitação;

d) o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do certame antes da adjudicação do objeto da licitação;

e) o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná antes da abertura oficial das propostas;

f) não irá contratar para prestação do serviço, objeto deste certame, empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 09/05 do Conselho Nacional de Justiça;

g) não possui em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, em face da vedação estabelecida pela Resolução nº 229/16 do Conselho Nacional de Justiça;

h) está plenamente ciente de que a existência de registro no CADIN/PR impede a contratação com este Tribunal de Justiça, nos termos do disposto na Lei Estadual nº 18.466/2015;

i) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR poderá ser utilizado como meio válido para quaisquer comunicações, intimações e assinaturas decorrentes desta licitação, dos procedimentos administrativos e da contratação;

j) está plenamente ciente de que é de sua exclusiva responsabilidade como cadastrado e usuário externo do sistema SEI-TJPR o sigilo da senha de acesso, não sendo admitida, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido e que deverá comunicar imediatamente este Tribunal sobre a perda da senha ou a quebra de sigilo, para imediato bloqueio de acesso; e

k) está plenamente ciente que seu credenciamento como usuário externo perante este Tribunal no sistema SEI-TJPR implicará em responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade e poderes conferidos para realização das transações inerentes aos documentos assinados.

l) em cumprimento ao disposto no inc. I do art. 7º da Lei nº 13.709/2018, por meio de seu representante legal, DECLARA para os fins do presente procedimento licitatório, que consente e concorda com o tratamento e divulgação de seus dados pessoais (nome, RG e CPF) para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) e em atendimento a Lei nº 12.527/2011 e ao princípio constitucional da publicidade.

Em _____ de _____ 2023.

Nome e C.P.F. do representante legal

Obs. A validade do presente documento é de um (01) mês, contado da data de sua assinatura.

ANEXO VI – TERMO DE NOMEAÇÃO

TERMO DE NOMEAÇÃO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

CONVITE Nº 01/2023.

Atendendo a determinação das letras “a” e “d”, do item 7.1.4 do Capítulo 07 – Da Habilitação, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, declara para os devidos fins que os profissionais abaixo relacionados serão os responsáveis pela **EXECUÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS.**

Habilitação	Nome	Área	CREA/ CAU	Vínculo	Assinatura
Coordenador					
Responsável pelas Obras Cíveis					
Responsável pela Segurança do Trabalho					

Declara, ainda, que se houver modificação do quadro, o Tribunal de Justiça será imediatamente comunicado, sendo que o substituto deverá apresentar o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo **CONTRATANTE**.

Os profissionais acima nominados firmam a presente declaração, comprometendo-se a participar permanentemente, pela empresa, dos serviços objeto da licitação, cientes e de acordo com as cláusulas expressas na minuta do contrato, ao qual sujeitam-se em conformidade com as condições estabelecidas no presente Edital.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

ANEXO VII – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1) CONTRATANTE

Tribunal de Justiça do Paraná

CNPJ 77.821.841/0001-94

2) DADOS CADASTRAIS DO FORNECEDOR

Razão Social/Nome	
Endereço Completo	
Nome do Representante	
RG/CPF	
Telefone	
E-mail	
CNPJ Faturamento	
Inscrição Estadual	
Inscrição Municipal	
Regime Tributário	() Simples Nacional () Lucro Real () Lucro Presumido
Código CNAE (i) – atividade principal	
Código CNAE da Atividade do fornecimento	
Optante pelo SIMEI (iv)	Sim () Não ()

SOMENTE PARA MICRO OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE REGULAMENTADA PELA LEI 123/2006

*Os serviços, no todo ou em parte, podem ser enquadrados no Anexo da Lei 123/2006

* Algumas destas informações estão disponíveis no site <http://www.sintegra.gov.br/>

(i) CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas;

(iv) SIMEI - Sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos abrangidos pelo Simples Nacional, devidos pelo Microempreendedor Individual (MEI).

CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

CÓD LC 116/03 - Descrição	Cod municipal (**)	Município

(**) Informar o código equivalente no município, caso seja diferente ao da Lei 116/03

3) OBJETO DO FORNECIMENTO

OBJETO: EXECUÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS

4) CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

Preço - valor global da presente proposta	VALOR BRUTO (R\$) por extenso
---	-------------------------------

O percentual de desconto obtido em relação ao valor máximo do certame será aplicado linearmente sobre a planilha quantitativa-orçamentaria constante do Anexo XXI.

Para a apresentação desta proposta, foram utilizados os seguintes percentuais

4.1) Taxa de BDI de xx,xx% para os serviços de engenharia;

4.2) Taxa de BDI de xx,xx% para os serviços diferenciados

4.3) Taxa de BDI para fornecimento e instalação de equipamentos de xx,xx%

4.4) Encargos Sociais de xx,xx%**5) PRAZO DE EXECUÇÃO: 45 (quarenta e cinco) dias.**

Declaro para os devidos fins que são verdadeiras todas as informações aqui prestadas ao contratante pelo que me responsabilizo civil e criminalmente, bem como que a apresentação desta declaração não dispensa a minha obrigação como fornecedor/subcontratado de apresentar outras declarações eventualmente exigidas pela legislação.

_____, ____ de _____ de 20XX.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

Contador:

CRC :

OBS. Deverá ser feita em folha timbrada com o nome da empresa, preferencialmente.

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
declara para os devidos fins que, se classificada for na **primeira fase** do procedimento
licitatório na modalidade de **Convite nº 01/2023**, renuncia expressamente ao direito ao prazo
recursal.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

- Observação:

É **facultada** a empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao prazo
recursal referente à fase classificatória (proposta comercial), **a qual deverá estar inserida no
envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL.**

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

(MODELO)

Empresa _____, C.N.P.J. nº _____,
declara para os devidos fins que, se habilitada for na **segunda fase** do procedimento
licitatório na modalidade de **Convite nº 01/2023**, renuncia expressamente ao direito ao prazo
recursal.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

- Observação:

É **facultada** a empresa participante a apresentação da declaração de renúncia ao prazo
recursal referente à fase de habilitação, a qual deverá estar inserida no envelope nº 02 –
HABILITAÇÃO.

ANEXO X – DECLARAÇÃO DE PATRIMÔNIO LÍQUIDO VINCULADO

CONVITE Nº 01/2023

OBJETO: EXECUÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS PARA O IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAIIS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS

DECLARAMOS, nos termos do § 5º do art. 31 da Lei Federal 8.666/93 e § 4º do art. 77 da Lei Estadual nº 15.608/07, e sob as penas da lei, que a pessoa jurídica inscrita no CNPJ (MF) nº, estabelecida à, por mim legalmente representada, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e administração pública.

DECLARAMOS, ainda que relacionamos todos os compromissos (contratos) assumidos pela nossa empresa, sob pena de não ser aceita esta declaração.

DECLARAMOS ainda, que os cálculos demonstrativos, da disponibilidade de Patrimônio Líquido (PL) – Cálculo do Saldo Contratual (SC), por nós preenchidos, para o presente processo licitatório, são os que abaixo se seguem:

CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

Item	Nº do Contrato	Obra ou Serviços	Contratante	Valor Total da Contratação (a)	Valor faturado (b)	Saldo Contratual c = (a - b)	Patrimônio Líquido vinculado * PLV= c x 10%
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
7.							
8.							
9.							
10.							
Σ PLV							

* Para fins deste certame será considerado 10% da diferença entre o valor total e o valor faturado de cada contrato.

_____, ____ de _____ de 2023.

Nome e Assinatura do Representante

Nome:

RG:

Cargo:

OBS. Em papel timbrado da Licitante.

A Declaração deverá ser assinada pelo representante do licitante com poderes para tanto, devendo ser apresentado o instrumento de procuração caso não seja um dos sócios.

A não apresentação desta Declaração implicará na imediata desclassificação da Licitante.

A tabela poderá ser ampliada para a declaração de outros compromissos acima de 10 (dez).

ANEXO XI – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA -

TABELA LIMITES PARA BDI – CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS		VALOR ADOTADO
		BDI
AC	Administração Central	
S+G	Segurança + Garantia	
R	Risco	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro bruto	
I	Impostos	
	PIS	
	COFINS	
	ISS*	
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL MÁXIMO		

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

**ANEXO XII – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI PARA FORNECIMENTO
E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS**

TABELA LIMITES PARA BDI - EQUIPAMENTOS		VALOR ADOTADO
		BDI
AC	Administração Central	
S+G	Segurança + Garantia	
R	Risco	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro bruto	
I	Impostos	
	PIS	
	COFINS	
	ISS*	
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL MÁXIMO		%

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº
2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1 + (AC + S + R + G)) * (1 + DF) * (1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

ANEXO XIII – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE BDI DIFERENCIADO

TABELA LIMITES PARA BDI DIFERENCIADO		VALOR ADOTADO
		BDI
AC	Administração Central	
S+G	Segurança + Garantia	
R	Risco	
DF	Despesas Financeiras	
L	Lucro bruto	
I	Impostos	
	PIS	
	COFINS	
	ISS*	
	INSS relativo a CPRB	
TOTAL MÁXIMO		

Fórmula utilizada para o cálculo do BDI, em conformidade com o Acórdão nº 2.622/2013 – TCU

$$BDI = \frac{(1+(AC+S+R+G))*(1+DF)*(1+L)}{(1-I)} - 1$$

ANEXO XIV – MODELO COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE PREÇOS DA MÃO-DE-OBRA HORISTA e MENSALISTA			
A	Encargos Sociais Básicos	Horista (%)	Mensalista (%)
A1	INSS		
A2	SESI		
A3	SENAI		
A4	INCRA		
A5	SEBRAE		
A6	Salário Educação		
A7	Seguro contra acidentes de trabalho		
A8	FGTS		
A9	SECONCI		
	Total dos Encargos Sociais Básicos		
B	Encargos Sociais que recebem incidências de A	Horista (%)	Mensalista (%)
B1	Repouso Semanal Remunerado		
B2	Feriados		
B3	Auxílio - Enfermidade		
B4	13º Salário		
B5	Licença Paternidade		
B6	Faltas Justificadas		
B7	Dias de Chuvas		
B8	Auxílio Acidente de Trabalho		
B9	Férias Gozadas		
B10	Salário Maternidade		
	Total dos Encargos Sociais que recebem incidências de A		
C	Encargos Sociais que não recebem incidências de A	Horista (%)	Mensalista (%)
C1	Aviso Prévio Indenizado		
C2	Aviso Prévio Trabalhado		
C3	Férias Indenizadas		
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa		
C5	Indenização Adicional		
	Total dos Encargos Sociais que não recebem incidências de A		
D	Reincidências de um grupo sobre o outro	Horista (%)	Mensalista (%)
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B		
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado		
	Total dos Reincidências de um grupo sobre o outro		
E	Encargos Sociais Complementares	Horista (%)	Mensalista (%)
	Total dos Encargos Sociais Complementares	0,00%	0,00%
	Total (A+B+C+D+E)		
OBS: *Grupo E deverá ser apropriado como item do custo direto			

ANEXO XV – MODELO COMPOSIÇÃO CUSTOS UNITÁRIOS

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO								
OBRA:						DATA BASE		
CÓDIGO	SERVIÇO:							UNIDADE
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	UND	QUANT	UTILIZAÇÃO OPERATIVA	UTILIZAÇÃO IMPRODUTIVA	CUSTO OPER	CUSTO IMPROD	CUSTO HORÁRIO
(A) CUSTO HORÁRIO DE EQUIPAMENTOS - TOTAL								
CÓDIGO	MÃO-DE-OBRA SUPLEMENTAR				UND	COEFICIENTE	SALÁRIO BASE	CUSTO HORÁRIO
							(B) CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA	
					LEIS SOCIAIS		%	
							(B) CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA - TOTAL	
							CUSTO HORÁRIO TOTAL	
PRODUÇÃO DA EQUIPE (C)		1			(D) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (A) + (B) / C			
CÓDIGO	MATERIAIS/SERVIÇOS				UND	CONSUMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
						1600,0000		
(E) CUSTO DE MATERIAIS - TOTAL								
OBS.:						CUSTO UNITÁRIO - TOTAL (D) + (E)		
						BDI %		
						PREÇO UNITÁRIO TOTAL		

ANEXO XVI – METODOLOGIA PARA CONCESSÃO DE ADITIVOS**1. ROTEIRO PARA SOLICITAÇÃO E CONCESSÃO DE ADITIVO DE PRAZO DECORRENTE DE CHUVAS EXCEPCIONAIS E PLANEJAMENTO DE PRAZO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS**

Para concessão de dias adicionais de prazo ou justificativas de prazo em função de chuvas utiliza-se como paradigma a Média Histórica Mensal de Ocorrências de Precipitação com volume superior à 2 mm, calculada com dados históricos dos últimos 5 (cinco) anos. São considerados dias de chuvas excepcionais os dias efetivos de ocorrências de precipitação com volume superior à 2 mm, no período da obra, que excedam a referida média histórica mensal.

Para apuração dos dias passíveis ou não de aditivo de prazo utiliza-se a seguinte metodologia:

1.1. Localizar a Estação Climatológica do SIMEPAR mais próxima do local da obra.

1.2. Para solicitação de aditivo a Empresa deverá apresentar os seguintes relatórios emitidos pelos SIMEPAR:

- Número de Dias com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm da Estação Climatológica equivalente, para o período a ser analisado (dados mês a mês).
- Média Histórica de Dias com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm da Estação Climatológica equivalente, para o período a ser analisado (dados mês a mês). A média deve corresponder à série histórica dos últimos 5 (cinco) anos.

1.3. Para calcular os dias devidos de prorrogação deve-se comparar a Média Histórica Mensal de número de dias com precipitação superior ou igual à 2 mm, proporcionais ao período de análise, com o Número efetivo de Dias com ocorrência de Precipitação superior ou igual à 2 mm neste mesmo período.

1.3.1 Caso a ocorrência de precipitação do período de execução da obra for inferior à média histórica acumulada para o mesmo período, a solicitação de prorrogação ou justificativa de prazo será **NEGADA**, por não caracterizar chuva excepcional.

1.3.2 Caso a ocorrência de precipitação do período de execução da obra for superior à média histórica acumulada de ocorrências para o mesmo período, a solicitação de prorrogação de prazo deverá ser **ACEITA**. Neste caso, o número de dias adicionais de prazo a serem concedidos ou justificados será a diferença entre a média histórica e o efetivamente ocorrido.

1.4. Deverá sempre ser analisado o período total da obra, vez que pode haver compensação do número de ocorrências de um mês a outro (meses mais chuvosos que a média histórica são compensados por meses menos chuvosos que a média histórica).

1.5. Todos os dados e cálculos efetuados deverão ser considerados com precisão de 2 (duas) casas decimais. O número de dias de prazo de obra a ser adicionado ou justificado será sempre arredondado para cima, sendo um número inteiro.

A seguir, é apresentado exemplo fictício do procedimento de análise, ilustrando detalhadamente a metodologia de análise.

1.6. Exemplo Fictício – Metodologia de Análise:

Prazo de execução da obra e objeto de pleito para a solicitação de aditivo de prazo: **12/04/2011 à 26/07/2012 na Comarca de Pato Branco.**

Os dados oficiais que são objetos do pleito são:

- **Número Efetivo** de Dias com Ocorrência de Precipitações com volume Maior ou Igual a 2 mm (**NE**) no período de **12/04/2011 à 26/07/2012**, conforme documentação do SIMEPAR: **118** dias (dado fictício para exemplificar que na prática seria obtido pelo somatório simples, mês a mês, das ocorrências);
- Número de dias trabalhados no mês (**NT**):
 - No mês de abril de 2011 houveram obras durante **19** dias (de **12/04 a 31/04**);
 - No mês de julho de 2012 houveram obras durante **26** dias (de **01/07 a 26/07**);
 - Nos outros meses houveram obras todos os dias do mês.

* Nota-se que não são descontados finais de semana e feriados no cálculo de dias trabalhados.

- **Média Histórica** de Dias com Precipitação com volume Maior ou Igual a 2 mm da Estação Climatológica equivalente à Pato Branco (dados mês a mês). A média corresponde à série histórica dos últimos 5 (cinco) anos (DADOS SIMEPAR).

Média histórica mensal de nº de dias com chuva maior ou igual a 2 mm – Dados de 1997 à 2012

Mês	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Histórico nº de Dias com chuva ≥ 2 mm	10	9	6	7	6	6	7	6	7	10	8	9
Nº de dias no mês	31	28	30	31	30	31	30	31	30	31	30	31
Nº de Dias com chuva ≥ 2 mm / Nº de dias do mês	0,32	0,32	0,20	0,23	0,20	0,19	0,23	0,19	0,23	0,32	0,27	0,29

- Cálculo do **Número** de dias da **Média Histórica (NMH)** com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm, proporcionais ao período da obra que está sendo analisado:

$NMH = \sum (N^\circ \text{ de Dias com chuva } \geq 2\text{mm} / N^\circ \text{ de dias do mês}) \times (\text{Número de Dias trabalhados no Mês})$

Com base na tabela apresentada no item “c” e nos dias trabalhados indicados no item “b” acima, temos:

Ano de 2011:

abr = $0,23 \times 19 = 4,37$
 mai = $0,2 \times 30 = 6$
 jun = $0,19 \times 31 = 6$
 jul = $0,23 \times 30 = 7$
 ago = $0,19 \times 31 = 6$
 set = $0,23 \times 30 = 7$
 out = $0,32 \times 31 = 10$
 nov = $0,27 \times 30 = 8$
 dez = $0,29 \times 31 = 9$

Ano de 2012:

jan = $0,32 \times 31 = 10$
 fev = $0,32 \times 28 = 9$
 mar = $0,2 \times 30 = 6$
 abr = $0,23 \times 31 = 7$
 mai = $0,2 \times 30 = 6$
 jun = $0,19 \times 31 = 6$
 jul = $0,23 \times 26 = 5,98$

NMH = **113,35** dias

e) Número de dias de aditivo de prazo a serem concedidos ou justificados é de:

Prazo Adicional = (Número efetivo de dias com ocorrência de chuvas ≥ 2 mm período real) – (Número de dias da **Média Histórica (NMH)** com Precipitação Maior ou Igual a 2 mm, proporcionais ao período da obra)

Prazo Adicional = $118 - 113,35 = 4,65$ dias

Portanto, com arredondamento, a empresa teria direito a um aditivo de prazo de **5 dias**.

2. SOLICITAÇÃO DE SERVIÇOS ADICIONAIS

Tendo em vista que o regime de execução para a presente contratação é o de **empreitada por preço global**, os projetos prevalecem sobre os demais elementos técnicos e tudo neles indicado deverá ser fornecido e executado pela empresa Contratada, mesmo que alguns itens não constem previamente da planilha orçamentária de referência em Anexo, a qual pode não ser exaustiva, sendo obrigação da empresa licitante analisar e avaliar os projetos e apontar inconsistências e divergências entre os elementos técnicos na fase de licitação e formulação da proposta.

Conforme Acórdão 1977/2013-Plenário do Tribunal de Contas da União, eventuais divergências ou omissões **relevantes** no orçamento poderão ensejar termos aditivos. Para a presente contratação consideram-se relevantes os erros ou omissões que impliquem na subestimativa ou superestimativa de itens ou preços em limite superior a 10%.

Eventuais alterações no projeto ou nas especificações de obra ou serviço realizadas unilateralmente pela Administração e devidamente motivadas ensejarão a necessidade de celebração de termo aditivo, nos termos dos artigos 65 da Lei 8.666/93 e 112 e seguintes da Lei Estadual 15.608/2007.

Para **ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES DE SERVIÇOS CONTRATUAIS** serão utilizados os preços constantes na planilha orçamentária de referência e respectivas composições unitárias, observado o desconto ofertado pela empresa no procedimento licitatório.

Para **ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS QUE NÃO TENHAM PREÇOS UNITÁRIOS CONTEMPLADOS NA PROPOSTA INICIAL**, o valor dos serviços deve ser obtido na tabela SINAPI ou em outras tabelas oficiais de referência da época da licitação, devidamente reajustados, ou mediante três cotações de mercado, quando possível. Em caso de não haver o item na SINAPI ou tabela oficial de referência da época da licitação, será utilizada a SINAPI em vigor quando da análise do aditivo. Ao menor valor obtido será aplicado o BDI da empresa e após, aplicado o desconto linear nos termos da proposta apresentada no procedimento licitatório. **Caso o BDI apresentado pela empresa seja superior ao máximo adotado pela Administração no orçamento base da licitação, o preço dos serviços novos será obtido a partir do BDI utilizado pela Administração no orçamento base da licitação (aquele indicado no item c.6, do edital), subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado. A CONTRATADA** deverá, também, apresentar planilha de composição de custos unitários referentes aos serviços propostos.

Em ambos os casos, a **CONTRATADA** deve apresentar solicitação, pormenorizadamente justificada, dos serviços necessários para ser submetida à análise do **CONTRATANTE**.

A **CONTRATADA** deverá, a cada trimestre, elaborar relatório acerca da eventual necessidade de aditamento contratual, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores ao término do prazo para conclusão da obra. Eventuais atrasos na execução da obra em razão de análise de aditivos pleiteados sem tempo hábil para análise pelo **CONTRATANTE** serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.

Obs : A Contratada, na solicitação de aditivo, deverá apresentar memorial de cálculo das quantidades que supostamente serão objeto do pedido.

ANEXO XVII – PLANILHA QUANTITATIVA DE SERVIÇOS; PLANILHA PADRÃO DE COMPOSIÇÃO DO BDI, PLANILHA COMPOSIÇÃO ENCARGOS SOCIAIS; PROJETOS; ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS DOCUMENTOS.

- Os elementos técnicos estarão disponíveis para *download* no *site* do Tribunal de Justiça, www.tjpr.jus.br/anexos-dos-editais ou através do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/editais>.
- A responsabilidade pela impressão dos elementos técnicos é da empresa licitante.

ANEXO XVIII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/20XX

CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FAZEM O *TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ* E A EMPRESA, PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE INSTALAÇÃO DE LINHA DE VIDA E DE DISPOSITIVOS DE ANCORAGEM DEFINITIVOS NO IMÓVEL QUE ABRIGA A VARA DE EXECUÇÕES PENAIS E DEMAIS SERVIÇOS CORRELATOS

Na data da última assinatura eletrônica constante neste documento, nesta cidade de Curitiba, capital do Estado do Paraná, na Avenida Cândido de Abreu, Palácio da Justiça, sede do **PODER JUDICIÁRIO**, Centro Cívico, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**, inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº 77.821.841/0001-94, representado neste ato por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, estabelecida na cidade de, na rua, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob nº, legalmente representada pelo Senhor, portador da Carteira de Identidade nº e CPF nº, residente e domiciliado em, na rua, firmam o presente contrato para a execução da obra de instalação de linha de vida e de dispositivos de ancoragem definitivos no imóvel que abriga a Vara de Execuções Penais e demais serviços correlatos, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, mediante as cláusulas e condições adiante discriminadas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: A **CONTRATADA** executará a obra de instalação de linha de vida e de dispositivos de ancoragem definitivos no imóvel que abriga a Vara de Execuções Penais e demais serviços correlatos, do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, pelo regime de empreitada por preço global, em conformidade com as especificações, projetos e demais documentos técnicos anexos ao edital do **Convite nº 01/2013** e constantes do expediente protocolizado no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça sob nº 0045503-02.2022.8.16.6000, que passam a fazer parte integrante do presente contrato.

§ Primeiro: São designados como responsáveis técnicos para execução dos serviços objeto do presente contrato os profissionais relacionados Termo de Nomeação constante nas fls. _____ e os profissionais que eventualmente venham a substituí-los no decorrer do contrato, cuja substituição tenha sido devidamente autorizada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura.

§ Segundo: Se houver necessidade de substituição do responsável técnico nomeado, o substituto deverá apresentar o acervo e atestados de capacidade técnica conforme exigidos no edital, a serem submetidos a análise e aprovação do **CONTRATANTE**.

DO PREÇO

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor básico do presente contrato é de **R\$** (.....), de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA** no DOC. SEI nº

§ Primeiro: O valor constante do "*Caput*" desta cláusula será pago pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF, em moeda corrente e legal do País, segundo o faturamento elaborado pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ Segundo: Somente serão pagos os serviços efetivamente executados, sendo abatidos das faturas aqueles não realizados e requeridos.

DA EXECUÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA: Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a **CONTRATADA** fornecerá o equipamento, o material e a mão-de-obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com os elementos técnicos indicados no edital e seus anexos.

§ **Primeiro:** No decorrer da execução da obra, a **CONTRATADA** submeter-se-á à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações constantes do protocolizado referido na cláusula primeira.

§ **Segundo:** A **CONTRATADA** é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, obras e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

§ **Terceiro:** A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

§ **Quarto:** A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, sendo que a sua eventual inadimplência não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e/ou o uso e destinação dos serviços, exceto no que diz respeito aos encargos previdenciários, pelos quais o **CONTRATANTE** responde solidariamente com a **CONTRATADA**.

§ **Quinto:** As dúvidas técnicas que acaso surgirem no decorrer dos serviços, serão dirimidas, em conjunto, pelos responsáveis técnicos de ambas as partes e homologadas pelo **CONTRATANTE**.

§ **Sexto:** A **CONTRATADA** ficará responsável, durante a execução dos serviços, por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o **CONTRATANTE** responsabilizado, quer por acidentes de trabalho dos empregados da **CONTRATADA**, quer por danos a terceiros, resultante da ação, omissão ou negligência da **CONTRATADA**.

DO PRAZO

CLÁUSULA QUARTA: O prazo global para a conclusão dos serviços é de **45 (quarenta e cinco) dias consecutivos**, contados a partir da data definida na Ordem de Execução de Serviço.

§ **Primeiro:** Os prazos de início de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogação, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram alguns dos seguintes motivos:

I- alteração, pelo **CONTRATANTE**, do projeto ou especificações;

II- superveniência de fato excepcional, imprevisto ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;

III- interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse do **CONTRATANTE**;

IV- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por Lei;

V- impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pelo **CONTRATANTE** em documento contemporâneo à sua ocorrência;

VI- omissão ou atraso de providências a cargo do **CONTRATANTE**, inclusive quanto aos pagamentos previstos, de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato.

§ **Segundo:** Toda prorrogação/suspensão de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pelo **CONTRATANTE**, através de sua autoridade competente para celebrar o contrato.

§ **Terceiro:** É de responsabilidade da **CONTRATADA** protocolar tempestivamente as solicitações de aditivo de prazo e valores, com as devidas justificativas.

DA ALTERAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA: O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I- Unilateralmente, pelo **CONTRATANTE**:

- a) Quando houver necessidade de modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou supressão quantitativa dos serviços a serem executados, dentro dos limites previstos pelo parágrafo primeiro desta cláusula.

II- Por acordo entre as partes:

- a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução prevista pela cláusula oitava;
- b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial, vedada a antecipação do pagamento sem a correspondente contraprestação (execução dos serviços);
- d) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra/serviços, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

§ **Primeiro:** A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra/serviços, até **25%** (vinte e cinco) do valor inicial do contrato.

§ **Segundo:** No caso de supressão de serviços, se a **CONTRATADA** já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pelo **CONTRATANTE** pelos custos efetivos de aquisição, regularmente comprovados e monetariamente corrigidos.

§ **Terceiro:** Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

§ **Quarto:** Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ **Quinto:** Se no decorrer da obra o **CONTRATANTE** ordenar a execução de serviços não previstos no orçamento inicial, porém necessários e imprescindíveis à perfeita execução do objeto deste contrato, ficarão tais serviços sujeitos ao regime de preços unitários vigentes à época da assinatura do mesmo.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA: Caberá ao **CONTRATANTE**:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto do presente Contrato;
- b) Prestar quaisquer esclarecimentos que venham a ser formalmente solicitados pela **CONTRATADA** e pertinentes ao objeto do presente contrato;
- c) Assegurar o livre acesso às áreas envolvidas na obra de pessoa(s) credenciada(s) pela **CONTRATADA** para a execução dos serviços necessários;
- d) Empenhar os recursos necessários, garantindo o pagamento da(s) fatura(s) em dia.

CLÁUSULA SÉTIMA: Caberá à **CONTRATADA**:

- a) Apresentar até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato, como condição para a expedição da ordem de execução dos serviços, os seguintes documentos:
 - a.1) Garantia de execução prevista na Cláusula Oitava deste contrato;

- a.2)** Proposta de seguro de responsabilidade civil contra terceiros, devidamente protocolada junto à companhia seguradora, prevista na Cláusula Nona deste termo;
- a.2.1)** A Apólice de Seguro de Riscos de Engenharia, nos termos da proposta, deverá ser apresentada **como condição para liberação da única parcela.**
- a.3)** Demonstração do vínculo empregatício ou contratual com todos os profissionais nomeados na licitação e neste Contrato como responsáveis técnicos, mediante cópia da CTPS, Contrato Social ou Contrato de Prestação de Serviços, devendo comprovar, quando solicitado pelo **CONTRATANTE**, a manutenção dos profissionais ou empregados indicados pela execução do serviço;
- a.3.1)** Se houver alteração de responsabilidade técnica da **CONTRATADA**, o substituto deverá possuir o acervo mínimo exigido na licitação e aceito pelo **CONTRATANTE**, sob pena de rescisão contratual;
- a.4)** ARTs ou RRTs dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos, devidamente quitadas. Caso a **CONTRATADA**, bem como o(s) profissional(is) nomeado(s), seja(m) sediada e/ou domiciliados em outra jurisdição, e, conseqüentemente inscrita no CREA de origem, deverá apresentar o visto da empresa, junto ao CREA do Estado do Paraná, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 5.194/1966, em consonância com o art. 1º da Resolução nº 413/1997 do CONFEA;
- a.5)** composição de custos unitários de todos os serviços necessários à execução completa dos projetos e especificações técnicas, sendo que eventuais incorreções deverão ser corrigidas pela **CONTRATADA** como condição para liberação da única parcela;
- a.5.1)** As composições unitárias de cada serviço deverão discriminar todos os insumos (materiais e mão-de-obra) e equipamentos necessários para a execução dos trabalhos, que deverão conter: a unidade do insumo; o consumo para produção de uma unidade do serviço acabado; o custo unitário; e o custo total de cada insumo.
- a.7)** Composição do percentual de BDI para os serviços de engenharia, do percentual do BDI diferenciado e do percentual do BDI para fornecimento e instalação de equipamentos a ser aplicado sobre o custo unitário dos serviços (eventuais incorreções deverão ser corrigidas pela **CONTRATADA** como condição para liberação da única parcela);
- a.8)** Composição dos encargos sociais (eventuais incorreções deverão ser corrigidas pela **CONTRATADA** como condição para liberação da única parcela);
- a.9)** Alvará de execução definitivo com indicação do engenheiro responsável da obra;
- b)** Manter durante toda a vigência do contrato e prazo de execução, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- b.1)** Manter atualizado, durante a vigência contratual, a indicação do ambiente físico ou virtual de comunicação à distância, nos termos do Art. 32 da Lei Estadual nº 15.608/2007, responsabilizando-se pela eventual demora na tramitação processual decorrente de mudança de endereço sem prévia comunicação ao **CONTRATANTE**, sujeita às sanções previstas no referido diploma legal
- c)** O pagamento dos emolumentos prescritos em lei e a observância de todas as posturas referentes aos serviços.
- d)** O pagamento de todas as obrigações sociais, patronais, patrimoniais, tributárias, trabalhistas e administrativas, além dos encargos securitários, previdenciários ou de qualquer outra natureza, relativos aos empregados e aos serviços ora contratados.
- e)** Submeter-se à fiscalização periódica do **CONTRATANTE**, a qual, se constatar qualquer irregularidade nos serviços, tomará as providências que julgar necessárias para a normalização dos mesmos, assistindo inclusive ao **CONTRATANTE** o direito de recorrer às vias judiciais ordinárias para assegurar o rigoroso cumprimento das especificações do objeto do presente contrato.
- f)** A responsabilidade pelas instalações e segurança da obra.
- g)** Cumprir todas as exigências das Leis e Normas atinentes à Segurança, Higiene e Medicina de Trabalho, fornecendo os adequados equipamentos de sinalização e proteção individual a todos os que trabalharem ou, por qualquer motivo, permanecerem na obra, bem como identificá-los adequadamente.
- h)** A completa execução da obra/serviços em todas as suas fases pelo preço constante de sua proposta, sem revisão de quantidades, obedecendo a todas as especificações constantes nos elementos técnicos descritos, bem como às normas avançadas, comprometendo-se a fornecer e aplicar na obra materiais e equipamentos novos e de primeiro uso.

i) Manter no local um responsável com quem a fiscalização se reportará sobre assuntos relativos à execução da obra, salvo aqueles que por sua natureza, devam ser tratados com o Coordenador, bem como uma equipe de operários na quantidade necessária ao cumprimento do contrato, fornecendo todas as informações e elementos necessários.

j) Manter os dados do representante e da empresa (endereço, telefone fixo, e-mail e contato de aplicativo de mensagens instantâneas) atualizados;

k) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços, obras e materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

l) Retirar dentro de 72 (setenta e duas) horas corridas, após receber a notificação do Tribunal de Justiça, todo material rejeitado pela fiscalização, desmanchar e refazer imediatamente, por sua conta, o serviço que não for aceito.

m) Manter o local limpo diariamente.

n) Providenciar às suas custas, a realização de todos os ensaios, verificações e provas de materiais fornecidos e de serviços executados, bem como os reparos que se tornarem necessários para que os trabalhos sejam entregues em perfeitas condições.

o) Fornecer, quando exigido, o **Diário de Execução de Serviços** à fiscalização da obra, que constituirá documento hábil para comprovação, registro e avaliação de todos os fatos e assuntos relacionados e referentes à execução dos serviços, vistos diariamente por profissionais credenciados pela **CONTRATADA** e a cada vistoria pelo fiscal, devendo o mesmo ser aberto mediante termo circunstanciado, lavrado na primeira página, correspondente ao dia em que a **CONTRATADA** efetivamente iniciar os serviços, no qual obrigatoriamente registrará:

- pessoa técnica nomeada para acompanhar a obra.
- pessoal lotado no local de trabalho (de forma discriminada).
- andamento da obra.
- os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos.
- outros fatos que, a seu juízo, devem ser objeto de registro.

p) A execução de toda a obra com o máximo possível de cuidado, para que não sejam causados danos de qualquer espécie no local, tais como: sujeira na pintura, quebra de vidros, de móveis, etc. Ocorrendo qualquer dano, o mesmo deverá ser imediatamente reparado pela parte causadora.

q) O cumprimento das formalidades necessárias à execução dos serviços e demais atribuições, além do pagamento de eventuais multas impostas pelas autoridades constituídas;

r) Havendo a necessidade de subcontratar serviços especializados, solicitar, previamente e por escrito, ao Tribunal de Justiça e este decidirá a conveniência ou não da subcontratação, não sendo admitido subcontratar o total dos serviços, porém, permitido fazê-lo parcialmente, apresentando a relação dos serviços e as empresas que irão executá-los, continuando a responder direta e exclusivamente pela fiel observância das obrigações contratuais;

s) Caso haja necessidade, obter junto às repartições competentes, às suas expensas, todas as licenças e autorizações necessárias à execução dos serviços contratados, bem como responder, a qualquer tempo, pelas consequências que a falta ou omissão das mesmas vierem a acarretar;

t) A **CONTRATADA** será responsável pelo recolhimento e destinação dos resíduos gerados na realização dos serviços, de acordo com a legislação vigente, efetuando a análise dos tipos de resíduos gerados na prestação dos serviços, a forma de seleção e acondicionamento (de acordo com sua composição), bem como sua destinação final (reutilização, reciclagem, compostagem, recuperação, etc.), ou ainda, o descarte ambientalmente adequado dos materiais rejeitados (aqueles que não poderão ser reaproveitados) em aterros, devidamente licenciados/autorizados pelo poder público, observando-se as normas específicas. Os valores referentes ao recolhimento e destinação de resíduos estão incluídos no item da planilha de serviços.

t.1) A **CONTRATADA** deverá apresentar, sob pena de aplicação das sanções legais e contratuais, Relatório de Resíduos da Construção Civil constando de:

t.1.1) a quantidade total de resíduos de obra gerados no período;

t.1.2) a quantidade reciclada e aproveitada no próprio canteiro de obras;

t.1.3) a quantidade retirada do canteiro de obras destinada a reciclagem;

t.1.4) a quantidade restante, transportada a outros locais, mediante CTR.

u) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos no Edital;

v) Quando da conclusão da obra/serviços:

v.1) Efetuar a limpeza do local, sem deixar qualquer detrito do material utilizado ou ocorrido com a execução dos trabalhos, devendo o local e suas adjacências estar em perfeito estado para utilização imediata;

v.2) Fornecer à fiscalização os dados técnicos de qualquer elemento ou instalação que, por motivos diversos, haja sofrido modificação no decorrer dos serviços;

v.3) A responsabilidade pela conservação e manutenção dos equipamentos instalados em pleno funcionamento até a entrega da obra, devendo o prazo de garantia vigorar até três meses após o recebimento definitivo;

w) Fornecer ao Tribunal de Justiça, quando solicitado pela fiscalização técnica:

w.1) entregar os manuais de conservação das instalações, de revestimentos e materiais de acabamentos;

w.2) caderno de especificações: registro de todas as marcas, códigos e referências de materiais e serviços executados;

w.3) documentação “as built”: detalhes executivos referentes à estrutura e instalações, na exata dimensão e localização em que cada um dos serviços foi executado, quando exigido pelo **CONTRATANTE**;

w.4) manual do Proprietário, quando exigido pelo **CONTRATANTE**;

x) Os requerimentos ou manifestações da(s) empresa(s) referentes à entrega/execução do objeto (por ex.: prorrogações de prazos etc.), por medida de celeridade e segurança, deverão ser protocolados junto ao Centro de Protocolo Judiciário Estadual, Autuação e Arquivo Geral do Tribunal de Justiça - Divisão de Protocolo Administrativo, sito na Sede Mauá- Edifício Essenfelder – Rua Mauá, 920, piso SL, Alto da Glória, Curitiba-PR, que receberá um número de registro constando a data e hora de sua entrega, que valerá para fins de contagens de prazos legais, observando-se o horário das doze (12:00) às dezoito (18:00) horas, dos dias úteis, ou através do sítio eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin>, devendo a interessada informar, no ato da protocolização, o número do expediente em epígrafe.

Parágrafo Único: Na hipótese de a **CONTRATADA** necessitar alterar os dados citados na alínea “j”, deverá notificar o **CONTRATANTE**, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da referida mudança, sob pena de serem presumidas como válidas as informações previamente fornecidas e sem prejuízo da abertura de procedimento administrativo para apuração de descumprimento contratual.

DA GARANTIA

CLÁUSULA OITAVA: A **CONTRATADA** fica obrigada a comparecer, dentro do prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, a fim de efetuar junto ao **CONTRATANTE**, depósito de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global atualizado do contrato, a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto.

§ Primeiro: A **CONTRATADA** optará por uma das modalidades elencadas no artigo 102 da Lei Estadual nº 15.608/07, quais sejam:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) seguro-garantia;

c) fiança-bancária.

§ Segundo: Se a opção recair em fiança bancária, deverá constar do instrumento a expressa renúncia pelo fiador dos benefícios previstos nos artigos 827 e seguintes da Lei Federal nº 10.406, de 10.01.02 (Código Civil Brasileiro).

§ Terceiro: Os títulos oferecidos em caução não poderão estar onerados por cláusula de impenhorabilidade, intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente.

§ Quarto: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratado;

b) prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas punitivas aplicadas pela Administração;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**;

§ Quinto: Não serão aceitas garantias em cujos termos não constem expressamente cobertura para os eventos indicados no parágrafo anterior

§ Sexto: A garantia deverá vigorar durante toda a execução do contrato e até 06 meses após o Recebimento Definitivo da obra/serviço ou rescisão contratual, devendo ser renovada e complementada, após comunicação formal à **CONTRATADA**, na mesma proporção e época de eventual aditivo, a partir de eventuais prorrogações e adições ao ajuste, tantas vezes quanto for o próprio contrato para a execução dos serviços, sob pena de aplicação de multa contratual.

§ Sétimo: No caso de haver aditivos referentes a prazo e/ou serviços, a garantia complementar será de acordo com a modalidade adotada pela **CONTRATADA** e majorada à mesma proporção do referido aditivo.

§ Oitavo: A garantia será devolvida após decorridos trinta (30) dias do término do prazo de sua vigência ou se rescindido este contrato, contados do protocolo do requerimento, desde que comprovada pela **CONTRATADA** a quitação de todas as verbas decorrentes de vínculo trabalhista e não haja processo administrativo em curso.

§ Nono: Sem prejuízo de aplicação das sanções que lhe couberem, o Tribunal de Justiça recorrerá à garantia constituída, a fim de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha acarretado a **CONTRATADA**, podendo ainda reter créditos decorrentes do contrato.

§ Décimo: Na hipótese de não correção pela **CONTRATADA** de pendências e anormalidades verificadas na obra/serviço pelo **CONTRATANTE** e atestadas no Termo de Recebimento Provisório, o **CONTRATANTE** descontará da caução a importância correspondente.

§ Décimo Primeiro: No caso de rescisão do contrato por inadimplemento da **CONTRATADA**, será imediatamente acionada a garantia para sanar possíveis prejuízos acarretados ao **CONTRATANTE**, independente da aplicação de outras sanções.

DO SEGURO DA OBRA

CLÁUSULA NONA: Deverá a **CONTRATADA**, apresentar no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura deste contrato, proposta de seguro de responsabilidade civil, devidamente protocolizada junto à companhia seguradora. A respectiva apólice deve ser entregue como condição para liberação da parcela única e deve conter as seguintes coberturas:

a) danos a obras e materiais, de 100% (cem por cento) do valor do Contrato;

b) Responsabilidade Civil Cruzada (com ou sem fundação) abrangendo:

b.1) danos a terceiros, pessoas e/ou bens, resultantes de ação ou omissão da **CONTRATADA**, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

b.2) danos a propriedade do **CONTRATANTE** e/ou terceiros que estejam sob sua guarda, custódia ou controle, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

b.3) morte ou invalidez permanente de qualquer pessoa autorizada a visitar ou permanecer no canteiro de obras ou vitimada fora deste em razão da execução do objeto do Contrato, de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato, limitada a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais);

Parágrafo Único: A cobertura do seguro deverá abranger o período correspondente ao início da execução do objeto do Contrato até a lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA: A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, avaliação e fiscalização por parte da equipe técnica do Departamento de Engenharia e Arquitetura do Tribunal de Justiça.

§ Primeiro: Competirá ao servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato comunicar falhas porventura constatadas na execução dos serviços e solicitar sua correção.

§ **Segundo:** Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela **CONTRATADA**, sem ônus para o **CONTRATANTE** e nos prazos estabelecidos.

§ **Terceiro:** A fiscalização, exercida no interesse do **CONTRATANTE**, não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, seus agentes e prepostos, por qualquer dano que venha a causar ao **CONTRATANTE**.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento dar-se-á pelo Departamento Econômico Financeiro/Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, em moeda corrente e legal do país, pelos serviços efetivamente executados, de acordo com as etapas do cronograma físico-financeiro, índices de desembolso referencial e obrigações pertinentes a cada etapa apresentados pela **CONTRATADA**, após verificação, medição e aceitação dos serviços e sua compatibilização por parte da fiscalização do **CONTRATANTE**.

§ **Primeiro:** A cada vistoria, os serviços executados serão examinados, rejeitando-se aqueles que não satisfaçam às exigências legais e técnicas, não atendam às necessidades ou contrariarem os projetos ou especificações. Para os serviços não aceitos, será concedido prazo para refazimento.

§ **Segundo:** A **CONTRATADA** deverá notificar o **CONTRATANTE** através de Requerimento de Medição quando esta considerar os serviços previstos para a etapa como cumpridos integralmente, para que no prazo de 21 (vinte e um) dias úteis seja constatada “in loco” pelo Fiscal da obra, a efetiva realização dos mesmos.

§ **Terceiro:** O Fiscal da obra emitirá a manifestação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, informando acerca do adimplemento ou não da respectiva etapa de medição, encaminhando o expediente ao gestor do contrato para cumprimento do § Quarto ou Quinto;

§ **Quarto:** Caso não seja autorizada a emissão da Nota Fiscal, caberá novo Requerimento de Medição após decorridos 05 (cinco) dias úteis da manifestação, seguindo o trâmite do parágrafo segundo.

§ **Quinto:** Caso seja autorizada a emissão da Nota Fiscal pela fiscalização, a empresa deve encaminhar, em meio digital, o respectivo Requerimento de Pagamento, bem como os seguintes documentos:

- a) Nota Fiscal, a qual deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- c) Certidão Negativa de Tributos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- d) Certidão Negativa de Tributos Estaduais do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União^[1];
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- g) Guias da Previdência Social – GPS e respectivos comprovantes de recolhimento;
- h) Guias de Recolhimento do FGTS – GRF e respectivos comprovantes de recolhimento;
- i) Relação dos Trabalhadores constantes do Arquivo SEFIP;
- j) Folha de Pagamento Mensal e Recibos de Pagamento de Funcionários, inclusive dos responsáveis técnicos nomeados;
- k) Declaração de que possui escrituração contábil, firmada pelo contador e pelo responsável pela empresa, e que os valores apresentados se encontram devidamente contabilizados;
- l) Relatório de Resíduos da Construção Civil, nos termos exigidos na Cláusula Sétima, alínea “t”.
- m) Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA/CAU dos profissionais nomeados como responsáveis técnicos e Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA/CAU;
- n) Demonstrativo de que as ARTs/RRTs de execução dos responsáveis técnicos nomeados estão ativas, obtida mediante consulta pública no site do CREA/CAU respectivo.

§ **Sexto:** Recebido o Requerimento de Pagamento em meio digital, instruído com os documentos listados no § 5º, a fiscalização da obra deverá emitir o Atesto na Nota Fiscal, o qual perfaz-se em atestado de que houve o adimplemento dos serviços da etapa pela

CONTRATADA. Emitido o Atesto, o **Requerimento de Pagamento** será encaminhado para conferência jurídica e documental;

§ **Sétimo:** Nos termos do art. 69, inciso II, alínea *h*, da Lei Estadual nº 15.608/2007, o **CONTRATANTE** efetuará o pagamento da parcela até o 30º dia a contar da data do atestado de execução dos serviços, ou seja, da emissão do **Atesto na Nota Fiscal** emitido pela fiscalização da obra, desde que em condições jurídicas e documentais de ser(em) liberada(s), observada a Instrução Normativa nº 05/2017-TJPR.

§ **Oitavo:** Na eventualidade de a empresa **CONTRATADA** apresentar Requerimento de Medição ou Requerimento de Pagamento sem condições de processamento e em desacordo com o disposto neste Capítulo, será notificada para sanar as pendências encontradas no **prazo improrrogável de 05 (cinco) dias úteis**, conforme disposto na IN 05/2017 ou outra que vier a substituí-la, sob pena de abertura de procedimento administrativo por descumprimento de Cláusula Contratual. Neste caso, o prazo previsto para pagamento será interrompido, reiniciando a partir do envio da documentação regularizada.

§ **Nono:** Somente serão pagas medições integrais executadas de acordo com o previsto no cronograma físico-financeiro;

§ **Décimo:** Deverão ser encaminhadas as guias de todas as competências vencidas durante a execução de cada etapa dos serviços.

§ **Décimo Primeiro:** As certidões negativas deverão estar vigentes no momento da liberação do pagamento e as obtidas pela internet estão sujeitas à verificação de validade e autenticidade.

§ **Décimo Segundo:** Para liberação da parcela única da obra deverá ser entregue a documentação exigida na Cláusula Sétima, alíneas “a.2.1”, “w”, respectivamente, deste Contrato.

§ **Décimo Terceiro:** Para liberação de cada parcela do cronograma físico-financeiro a **CONTRATADA** deve observar as obrigações que devem ser cumpridas na respectiva etapa.

§ **Décimo Quarto:** A parcela única do cronograma físico-financeiro será quitada em duas etapas, sendo 95% (noventa e cinco por cento) quando da execução e recebimento da totalidade dos serviços previstos e 5% (cinco por cento) até 30 (trinta) dias depois, quando da apresentação de toda a documentação final da obra, conforme previsto na Cláusula referente às Obrigações da **CONTRATADA**.

§ **Décimo Quinto:** Quando da apresentação da fatura concernente à obra, a **CONTRATADA** deverá discriminar os valores referentes a custos de mão-de-obra e de materiais.

§ **Décimo Sexto:** Tendo em vista a IN nº 001/2019 –DTE/SEFA, o Estado do Paraná não possui convênio com a receita Federal, portanto não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP, que passarão a ser recolhidas diretamente pelos próprios credores.

§ **Décimo Sétimo:** Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, o Tribunal de Justiça, se provocado, arcará com a correção do valor em atraso, estipulado com base IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculada “pro rata” para o período compreendido entre o término do prazo e a efetiva quitação do débito.

§ **Décimo Oitavo:** o **CONTRATANTE** consultará o cadastro mencionado na Lei Estadual nº 18.466/2015 - CADIN ESTADUAL, com o intuito de verificar a existência de pendências. Em caso positivo, estará a **CONTRATADA** sujeita a eventual impedimento de receber os pagamentos decorrentes da contratação.

DO RECEBIMENTO DA OBRA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Executado o contrato, a obra será recebida:

a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de quinze (15) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**;

b) Definitivamente, em até 30 (trinta) dias da assinatura do Termo de Recebimento Provisório da Obra, por Comissão presidida pelo MM. Juiz de Direito do Fórum e composta pelos fiscais da obra, por comissão de técnicos do DEA a ser nomeada pelo Diretor do Departamento de Engenharia e Arquitetura, que não tenha participado do recebimento provisório da obra, e pelo Responsável Técnico da **CONTRATADA**, mediante Termo circunstanciado, de acordo com o § 3º do artigo 123 da Lei Estadual nº 15.608/07.

§ **Primeiro:** Não será lavrado o Termo de Recebimento Provisório se forem encontradas pendências a serem solucionadas pela empresa **CONTRATADA**.

§ Segundo: A **CONTRATADA** ficará responsável pelos reparos e substituições necessárias, se houver, decorrentes de defeitos de execução, sem prejuízo do estabelecido nos parágrafos segundo e terceiro da cláusula terceira do presente contrato.

§ Terceiro: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e a segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato, sendo que o prazo do artigo 618 da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil Brasileiro) correrá a partir da data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo da Obra.

DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências decorrentes do presente ajuste e as previstas em lei ou regulamento.

§ Primeiro: Constituem motivo para rescisão do presente contrato:

- a) O não cumprimento das cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos, ou o seu cumprimento irregular;
- b) A lentidão no seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade de conclusão da obra no prazo estipulado, assim como o atraso injustificado no início dos serviços;
- c) A paralisação da obra, sem justa causa e prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;
- d) A subcontratação total ou parcial de serviços, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem a prévia e expressa autorização do **CONTRATANTE**, a seu exclusivo critério;
- e) O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, bem como o cometimento reiterado de faltas anteriormente anotadas em registro próprio pela fiscalização do **CONTRATANTE**;
- f) A decretação de falência, a instauração de insolvência civil, a dissolução da sociedade, a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo do **CONTRATANTE**, prejudique a execução do contrato;
- g) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela Presidência do **CONTRATANTE**;
- h) A supressão de serviços, por parte do **CONTRATANTE**, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido pelo parágrafo primeiro da cláusula quinta;
- i) A suspensão de sua execução, por ordem escrita do **CONTRATANTE**, por prazo superior a cento e vinte (120) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado à **CONTRATADA**, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- j) O atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo **CONTRATANTE**, decorrente de serviços já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado à **CONTRATADA** o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- k) A não liberação por parte do **CONTRATANTE**, da área ou local para a realização da obra;
- l) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do presente contrato.

§ Segundo: A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nas alíneas "a" *usque* "g" e "l" do parágrafo anterior; amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação referido na cláusula primeira, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**; judicial, nos termos da legislação.

§ Terceiro: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada do **CONTRATANTE**, observando, **no que couber**, o procedimento previsto na IN 01/2013 do TJ/PR e alterações posteriores.

§ Quarto: No caso das alíneas "g" *usque* "l" do parágrafo primeiro, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, esta será ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, que houver sofrido, tendo ainda o direito a devolução da garantia de execução, pagamentos devidos pela

execução do contrato até a data da rescisão, e pagamento do custo de desmobilização, quando for o caso.

§ **Quinto:** Ocorrendo impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução dos serviços será prorrogado por igual tempo, após prévia análise e autorização por parte do **CONTRATANTE**.

CONSEQUÊNCIAS DA RESCISÃO CONTRATUAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A rescisão de que trata a primeira parte do parágrafo segundo da cláusula anterior acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste ajuste ou em Lei:

I- assunção imediata do objeto do contrato, no estado em que se encontrar, por ato próprio do **CONTRATANTE**;

II- ocupação e utilização do local, instalações, equipamentos, material e pessoal empregado na execução do contrato, necessários à sua continuidade, na forma do inciso II do artigo 131 da Lei Estadual nº 15.608/2007;

III- execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

IV- retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados ao **CONTRATANTE**.

Parágrafo Único: A aplicação das medidas previstas nos incisos I e II desta cláusula fica a critério do **CONTRATANTE**, que poderá dar continuidade à obra ou ao serviço por execução direta ou indireta.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O descumprimento das disposições contratuais sujeita o contratado às sanções administrativas dispostas nos artigos 150 a 160 da Lei Estadual nº 15.608/07 e, subsidiariamente, nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei 10.520/02.

§ **Primeiro:** Poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná por prazo não superior a 02 (dois) anos, ressalvada a hipótese do artigo 155 da Lei Estadual nº 15.608/07, quando os efeitos serão estendidos aos demais órgãos e entidades do Estado;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública por prazo não superior a 5 (cinco) anos;

e) Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

§ **Segundo:** Na aplicação das penalidades será considerada as circunstâncias do artigo 160 da Lei Estadual nº 15.608/2007.

§ **Terceiro:** A reincidência se caracteriza com a repetição de infração de igual natureza, cometida após a aplicação da sanção anterior, em qualquer contrato firmado com o Tribunal de Justiça, e será apurada no período máximo de cinco anos.

§ **Quarto:** Os casos de ressarcimento dos prejuízos pela **CONTRATADA**, com a mitigação dos danos resultantes da infração, poderão ensejar a redução da(s) penalidade(s) pelo descumprimento contratual em metade até a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade e de até ¼ após a instauração até a decisão final.

§ **Quinto:** A mora no cumprimento de obrigações contratuais independe de notificação da **CONTRATADA** (*dies interpellat pro homine*), salvo previsão expressa.

§ **Sexto:** O cumprimento parcial da parcela em atraso reduzirá proporcionalmente a base de cálculo da penalidade de multa.

§ **Sétimo:** A sanção de advertência, suspensão e inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa.

§ **Oitavo:** As sanções de multa moratória não serão cumuladas com a pena de multa prevista para o caso de rescisão contratual, quando a rescisão decorrer da própria mora.

§ **Nono:** As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

§ **Décimo:** Poderá configurar a inexecução total da obrigação e a aplicação da penalidade prevista no item 6 da tabela abaixo, sem prejuízo de eventual indenização pela **CONTRATADA** derivada de perdas e danos causados a este Tribunal de Justiça (decorrente das infrações cometidas), quando:

- a) A execução do objeto contratado for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total;
- b) Houver reiterado descumprimento das obrigações assumidas;
- c) O atraso na execução ultrapassar o prazo limite de 30 (trinta) dias corridos e não houver o interesse da Administração do Tribunal de Justiça em manter a contratação.
- d) O descumprimento parcial prejudicar a solução como um todo;

§ **Décimo Primeiro:** A rescisão do contrato dependerá de análise de oportunidade e conveniência do Tribunal de Justiça.

§ **Décimo Segundo:** Sem prejuízo das demais penalidades, as de multa serão aplicadas conforme detalhamento constante da tabela abaixo:

	CONDUTA	PENALIDADE
01	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica;	<u>Primeira vez:</u> Advertência <u>Segunda vez e seguintes:</u> Multa de 0,1% a 1% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
02	O não cumprimento de cláusulas contratuais, quando não haja previsão de conduta específica; ou O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;	Multa de 0,1% a 2% do valor do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação, limitado ao máximo de 10% do valor global do contrato;
03	O atraso injustificado na prestação do serviço e/ou a paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração, quando não haja previsão de conduta específica;	Até 10 (dez) dias de atraso: Advertência. Acima de 10 (dez) dias de atraso, multa de 0,1% a 3% do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% do valor global (conforme contratação) do contrato, de modo que o atraso superior a 30 (trinta) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato, incidindo, nesse caso, unicamente a multa do item 6 desta Tabela.
04	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa; ou Agir de má-fé na relação contratual; ou Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato;	Multa de 0,5% a 10% do valor do contrato.
05	Abandonar a execução do contrato ou incorrer em inexecução total contratual quando não haja previsão de conduta específica;	

	<p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;</p> <p>ou</p> <p>Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial infrações à ordem econômica definidas na Lei Federal nº 8.158/1991;</p> <p>ou</p> <p>Tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei;</p> <p>ou</p> <p>A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato;</p> <p>ou</p> <p>A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;</p>	Multa de 1% a 10% do valor global do contrato.
06	Descumprimento ou inexecução total do contrato/obrigações que gere a rescisão contratual.	Multa de 5% a 20% sobre o valor global do contrato, sem prejuízo de eventual indenização pela CONTRATADA , derivada de perdas e danos causados ao Tribunal de Justiça decorrente das infrações cometidas.

§ **Décimo Terceiro:** Caso a **CONTRATADA** incorra em uma das condutas elencadas na presente Cláusula, será instaurado procedimento administrativo autônomo para apuração da irregularidade a aplicação de sanções, onde será assegurada a ampla defesa e o contraditório, observado o disposto nos artigos 161 e 162 da Lei Estadual nº 15.608/07 e o Decreto Judiciário nº 711/11 e alterações posteriores.

§ **Décimo Quarto:** As intimações serão feitas preferencialmente por meio eletrônico, no SISTEMA SEI, nos termos do Decreto nº 711/2011.

§ **Décimo Quinto:** Após a regular tramitação do procedimento descrito no caput e, havendo a aplicação da penalidade de multa, a empresa será notificada para o pagamento.

§ **Décimo Sexto:** Transcorrido o prazo para o pagamento da multa sem o seu adimplemento o Tribunal de Justiça poderá compensar o valor devido com qualquer crédito existente nesta ou em outra contratação.

§ **Décimo Sétimo:** Qualquer multa ou encargo imputado à **CONTRATADA**, não pago no prazo concedido pela Administração, será inscrito no CADIN Estadual e em Dívida Ativa do Estado e cobrado com base na Lei Federal nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária pelo IPC-FIPE ou outro índice que porventura venha a substituí-lo.

§ **Décimo Oitavo:** As disposições da Cláusula de Penalidades não excluem a responsabilização da **CONTRATADA** por eventuais atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/13 e demais legislações, bem como a responsabilidade de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrente da conduta.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A despesa decorrente da execução do presente contrato ficará à conta da dotação orçamentária do exercício de 20XX, estando os valores correspondentes à execução do objeto contratual empenhados através do subelemento, conforme

Nota de Empenho nº, emitida pelo Departamento Econômico e Financeiro – DEF em 20XX.

DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: A **CONTRATADA**, ao celebrar o presente instrumento contratual, reafirma que conhece e entende os termos da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições desta Lei.

§ **Primeiro:** A **CONTRATADA** e seu representante legal, que ora assina o presente instrumento de Contrato, admitem o tratamento de seus dados pessoais nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018, atendendo ao princípio constitucional da publicidade e à Lei Federal nº 12.527/2011.

§ **Segundo:** Fica vedado o tratamento de dados pessoais e pessoais sensíveis por parte da **CONTRATADA** com objetivo de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei Federal 13.709/18.

§ **Terceiro:** A **CONTRATADA** se obriga a dar ciência prévia ao **CONTRATANTE** para fazer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção de dados.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O presente contrato terá vigência a partir de sua formalização até de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término do prazo de execução dos serviços.

Parágrafo único: O presente instrumento será automaticamente extinto com a lavratura do Termo de Entrega e Recebimento Definitivo e mediante quitação de todos os haveres referentes à Contratação.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Aos casos não expressamente regulados pelo presente contrato, aplicar-se-ão as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/1993 e o Código Civil Brasileiro (Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002), assim como a legislação complementar pertinente.

DO FORO

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias eventualmente surgidas durante a execução da obra ou em decorrência do presente contrato.

Este contrato, que terá seu extrato publicado no “**DIÁRIO DA JUSTIÇA**” do Estado do Paraná, só se tornará perfeito e acabado, entrando em vigência, após cumpridas as formalidades legais.

E por estar assim justo e contratado, depois de lido e achado conforme, vai este Termo devidamente assinado pelos representantes das partes inicialmente nomeados, juntamente com duas (02) testemunhas, como adiante se vê.

Presidente do Tribunal de Justiça

Empresa

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA